

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL**

2015/2016



TII

**O CONTRABANDO E O TRÁFICO NA FRONTEIRA
CENTRO-OESTE DO BRASIL: AÇÕES DAS FORÇAS
ARMADAS NO SEU COMBATE E DESENVOLVIMENTOS**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DO
EXÉRCITO BRASILEIRO OU DAS FORÇAS ARMADAS DO BRASIL.**

COR CAV (BRASIL) MARCILIO MUNIZ DA SILVA



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**O CONTRABANDO E O TRÁFICO NA FRONTEIRA
CENTRO-OESTE DO BRASIL: AÇÕES DAS FORÇAS
ARMADAS NO SEU COMBATE E
DESENVOLVIMENTOS FUTUROS.**

COR CAV (BRASIL) MARCILIO MUNIZ DA SILVA

Trabalho de Investigação Individual do CPOG

Pedrouços 2016



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**O CONTRABANDO E O TRÁFICO NA FRONTEIRA
CENTRO-OESTE DO BRASIL: AÇÕES DAS FORÇAS
ARMADAS NO SEU COMBATE E
DESENVOLVIMENTOS FUTUROS.**

COR CAV (BRASIL) MARCILIO MUNIZ DA SILVA

Trabalho de Investigação Individual do CPOG.

Orientador: COR TIR ART PEREIRA DOS SANTOS, do Exército
Português.

Pedrouços 2016



Declaração de compromisso Anti Plágio

Eu, Marcilio Muniz da Silva, declaro por minha honra que o documento intitulado “O Contrabando e o tráfico na fronteira Centro-Oeste do Brasil: ações das Forças Armadas no seu combate e desenvolvimentos futuros” corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida, enquanto auditor do CPOG 2015/2016, no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Lisboa, 30 abril de 2016.

COR CAV Marcilio Muniz da Silva

Assinatura



Agradecimentos

O meu agradecimento inicial é para o Senhor Deus, por ter dado saúde para mim e para a minha família, para que pudéssemos concluir nossas tarefas escolares e a minha investigação científica.

Agradeço ao Exército Brasileiro, na figura de seu Comandante o Excelentíssimo Senhor General de Exército Eduardo da Costa Villas Bôas, por ter me dado a oportunidade de desfrutar junto com a minha família desta estadia marcante em terra Lusa.

Agradeço ao Instituto Universitário Militar pelo acolhimento amistoso em Portugal e pelos inúmeros conhecimentos que pude receber e partilhar com os amigos auditores do CPOG 2015-2016.

Agradeço ao Coronel Tirocinado Henrique Pereira dos Santos pela cordial amizade e orientação sempre oportuna para a elaboração deste trabalho.

Agradeço aos oficiais brasileiros que colaboraram com este autor, cujos nomes estão citados no Apêndice A, pela amizade e pelo esforço realizado.

Agradeço ao Embaixador do Brasil em Portugal, Senhor Mário Vilalva pela fidalguia de receber este autor e responder as duas perguntas formuladas, as quais estão resumidas no Apêndice B.

Agradeço aos Coronéis José Manuel Mota Lourenço da Saúde e Vítor Manuel Meireles dos Santos pela amizade e ajuda na questões de formatação e emprego do *template* e orientações quanto aos termos escritos portugueses distintos da fraseologia brasileira.

À minha família e meus pais por estarem sempre presentes, apoiando-me e compreendendo as minhas ausências e isolamento para a elaboração deste trabalho. Sereis sempre o motivo pelo meu esforço pessoal e profissional.



Índice

Introdução	1
1. Conceitos Fundamentais.	5
1.1. Controlo nas Fronteiras do mundo	5
1.1.1. Arábia Saudita	5
1.1.2. Estados Unidos da América e a fronteira com o México	6
1.2. As ameaças no COB que levaram as FA a este combate.....	8
1.3. Percurso metodológico	12
2. Os Projetos Estratégicos das Forças Armadas que combatem o narcotráfico e o contrabando de armas.	14
2.1. Marinha.....	14
2.2. Exército.....	14
2.3. Força Aérea.....	15
2.4. Repercussão no campo político interno	15
2.5. Repercussão nos campos diplomático e de política externa.....	17
2.6. Síntese conclusiva.....	19
3. Capacidade do Exército e dos outros Ramos na assunção do combate no COB.....	21
3.1. Marinha.....	21
3.2. Exército	22
3.2.1. 13ª Bda Inf Mtz.....	24
3.2.2. 18ª Bda Inf Fron	25
3.2.3. 4ª Bda C Mec	26
3.2.4. 9º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrónica	28
3.2.5. 6º Batalhão de Inteligência Militar (BIM).....	29
3.2.6. 3º Batalhão de Aviação do Exército	29
3.3. Força Aérea.....	30
3.4. Síntese conclusiva.....	31
4. Síntese dos sistemas dos outros Ramos e o SISFRON.....	32
4.1. Marinha e o SISGAAz.....	32



4.2. Exército e o SISFRON.....	34
4.2.1. Ações de Monitoramento e controle.....	34
4.2.2. Ações de Mobilidade e presença	36
4.2.3. O desenvolvimento futuro	36
4.2.4. Combater os ilícitos para justificar o investimento federal	38
4.3. A Força Aérea e o SISDABRA	40
4.4. Síntese conclusiva.....	41
Conclusões.....	43
Bibliografia.....	47

Índice de Anexos

Anexo A — O Projeto Estratégico do Exército – PROTEGER.....	1
Anexo B — O Projeto Estratégico do Exército – GUARANI	1

Índice de Apêndices

Apêndice A — Questionário investigativo.....	1
Apêndice B — Entrevista com o Chefe de Missão Diplomática	1

Índice de Figuras

Figura 1– Fronteira EUA e México - mapa, cerca em San Diego CA	6
Figura 2 – Tethered Aerostat Radar System (TARS).....	7
Figura 3 – UAS.....	8
Figura 4 – Área de responsabilidade do CMO	23
Figura 5 – Equipamentos do Comandante de Pelotão.....	27
Figura 6 – Equipamento de todos os militares	28
Figura 7 – Projetos Estratégicos das Forças Armadas Brasileiras.....	33
Figura 8 – UAS VT 15 e Radar SABER 200	36
Figura 9 – Planeamento de implantação do sistema.....	38
Figura 10 – Dados de apreensões da ÁGATA 7 de 2013.....	39
Figura 11 – Aeronave interceptada na ÁGATA 7 de 2013	41
Figura 12 – Equipamentos e meios recebidos pela 4ª Bda C Mec	2
Figura 13 – Guarani recebidos pela 15ª Bda Inf Mec.....	2



Resumo

O Brasil tem um índice alarmante de armas clandestinas em suas grandes cidades, sendo também vizinho de países produtores de drogas, é um país “ponte” para o narcotráfico internacional.

No sentido de combater estas ameaças na fronteira, a estratégia Nacional de Defesa (END) de 2008, em sua diretriz determinou que as fronteiras por ar, mar ou terra deveriam ser controladas, segundo o trinómio monitorização/controlo, mobilidade e presença.

Neste caminho, os Ramos elaboraram os seus projetos estratégicos para este fim, o SISGAAZ, SISFRON e o SISDABRA.

O trabalho investigativo procurou, inicialmente, estudar a evolução do desenvolvimento do sistema de cada Força Armada, em seguida apresentar as repercussões do emprego deles no combate ao narcotráfico e contrabando de armas, pelos poderes diplomático, legislativo e executivo.

A delimitação da pesquisa foi a fronteira Centro-Oeste do Brasil (COB), onde estudou-se o ponto de situação de cada Ramo, de modo a identificá-los e os meios de manobra que possuem para ajudar a assegurar que o volume do material apreendido semestralmente, justifique o investimento federal alocado ao Sistema do Exército e por fim, concluir sobre a projeção futura e breves sugestões para melhoria.

Palavras-chave

Contrabando de armas, narcotráfico, fronteira Centro-Oeste do Brasil, ações das Forças Armadas contra o narcotráfico.



Abstract

Brazil has an alarming rate of illegal weapons in their major cities, and since it also neighbors drug-producing countries, it's a "bridge" country for international drug trafficking.

In order to combat these threats at the border the National Defense Strategy (END) 2008, determined in its guidelines that borders should be controlled by air, sea, or land according to the trinomial monitoring / control, mobility, and presence.

Consequently, the Armed Forces developed their strategic projects for this purpose, the SISGAZ, SISFRON, and SISDABRA.

The investigative work sought initially to study the evolution and development of the system of each armed force, then present the employment impact of them in the fight against drug trafficking and arms smuggling, by the diplomatic, legislative and executive powers.

The delimitation of the survey was the Midwest frontier of Brazil, which studied the state of play of each sector in order to identify them and the means of action that have to help ensure that the volume of the material seized every six months, justify the federal investment allocated to the Army system, concluding with future projection and brief suggestions for improvement.

Keywords

Arms smuggling, drug trafficking, Midwest frontier of Brazil, actions of the armed forces against drug trafficking.



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

ABDI	Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
ABIMDE	Associação Brasileira das Indústrias de Material de Defesa e Segurança
ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
AC	Anti Carro
API	Área de Proteção Interagência
B Com GE	Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrónica
Bda C Mec	Brigada de Cavalaria Mecanizada
Bda Inf Fron	Brigada de Infantaria de Fronteira
Bda Inf Mec	Brigada de Infantaria Mecanizada
Bda Inf Mtz	Brigada de Infantaria Motorizada
BE	Boletim do Exército
BIM	Batalhão de Inteligência Militar
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social
CBP	<i>Customs and Border Protection</i>
CCOMGEX	Centro de Comunicações e Guerra Eletrónica do Exército
CComOpNav	Centro de Comando Operativo Naval
CCTOM	Comando e Controlo do Teatro de Operações Marítimas
CCOp	Centro de Coordenação de Operações do Comando Militar de Área
CDCiber	Centro de Defesa Cibernética
CDS	Conselho de Defesa Sul-americano
CIE	Centro de Inteligência do Exército
CICAD	Comissão Interamericana para o Controlo do Abuso de Drogas
Cia Inf Mtz	Companhia de Infantaria Motorizada
CF	Constituição Federal
CITEX	Centro Integrado de Telemática do Exército
C Mil A	Comando Militar de Área
CMA	Comando Militar da Amazônia
CMFron	Centro de Monitoramento de Fronteira
CMN	Comando Militar do Norte
CMO	Comando Militar do Oeste
CMS	Comando Militar do Norte



COB	Centro-Oeste do Brasil
COC	Centro de Operações Conjuntas
COMDABRA	Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro
COp	Centro de Operações
COTER	Comando de Operações Terrestres
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CRED	Comissão de Relações Exteriores e Defesa (Senado Federal)
CREDN	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Câmara dos Deputados Federal)
CTA	Centro Telemática de Área
CTEX	Centro Tecnológico do Exército
DCT	Departamento de Ciência e Tecnologia
DEC	Departamento de Engenharia e Construção
DGP	Departamento Geral de Pessoal
DHS	<i>Department of Homeland Security</i>
DN	Distrito Naval
DOU	Diário Oficial da União
DPF	Departamento da Polícia Federal
DSG	Diretoria de Serviço Geográfico
EB	Exército Brasileiro
EME	Estado-Maior do Exército
END	Estratégia Nacional de Defesa
EPEX	Escritório de Projetos do Exército
Esqd	Esquadrão
EUA	Estados Unidos da América
FA	Forças Armadas
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisa Económica
FTer	Força Terrestre
GGIF	Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira
Gpto E	Grupamento de Engenharia
IUM	Instituto Universitário Militar
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares



LBDN	Livro Branco de Defesa Nacional
LC	Lei Complementar
MD	Ministério da Defesa
MERCOSUL	Mercado Comum Sul-americano
MPOG	Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão
MS	Estado do Mato Grosso do Sul
MT	Estado do Mato Grosso
OEA	Organização dos Estados Americanos
OM	Organização Militar
ONU	Organização das Nações Unidas
OVN	Óculos de Visão Noturna
PAED	Plano de Articulação e Equipamento de Defesa
PAEMB	Plano de Articulação e Equipamentos da Marinha do Brasil
PBCE	Posto de Bloqueio e Controlo de Estradas
PC	Plataforma Continental
PEE	Projeto Estratégico do Exército
PEF	Plano Estratégico de Fronteira
PF	Polícia Federal
PRF	Polícia Rodoviária Federal
PIB	Produto Interno Bruto
PI	Projeto de Investigação
PR	Estado do Paraná
R C Mec	Regimento de Cavalaria Mecanizado
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
RECOP	Recuperação da Capacidade Operacional
RS	Estado do Rio Grande do Sul
RVT	Radar de Vigilância Terrestre
SAD	Sistema de Apoio à Decisão
SAR	<i>Search and Rescue</i>
SIG	Sistema de Informações Geográficas
SC ² FTer	Sistema de Comando e Controlo da Força Terrestre
SIPAM	Sistema Integrado de Proteção da Amazônia



SISDABRA	Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro
SISFRON	Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira
SISCOTI	Sistema de Coordenação de Operações Terrestres Interagências
SISGAAZ	Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul
SISNC ²	Sistema Naval de Comando e Controle
SISTraM	Sistema de Tráfego Marítimo
TARS	<i>Tethered Aerostat Radar System</i>
TO	Teatro de Operações
VBTP	Viatura Blindada Transporte de Pessoal
UNASUL	União de Nações Sul-americanas
UAS	<i>Unmanned Aerial System</i>



Introdução

Justificação do estudo

O Brasil é um país continente com uma fronteira de 23.127 km de extensão, sendo 7.408 km marítimos e 15.719 km terrestres (Mattos, 2011, p.82), portanto uma fronteira terrestre maior do que a marítima, demonstrando uma preocupação no controlo do acesso de pessoas e materiais, visto que grande parte das cidades na faixa de fronteira terrestre é carente de recursos de toda ordem, quando comparada com a costa brasileira.

A falta dos recursos indispensáveis para um efetivo controlo nestas cidades de fronteira permite a existência dos crimes transnacionais, conforme salientou a pesquisadora Maia Lúcia (Fattorelli, 2005, p.27): “Uma aduana fraca significa a falta de controlo sobre a entrada de armas, drogas, produtos químicos, incentivo ao crime organizado e a propagação de riscos ambientais e à saúde das pessoas, devido à falta de vigilância sanitária sobre produtos contrabandeados e descaminhados. A fragilidade aduaneira provoca também um elevado índice de clandestinidade, a sangria de riquezas minerais, vegetais, animais. Causa prejuízos à indústria nacional, concorrência de divisas e facilitação da lavagem de dinheiro, através de operações de sub e superfaturamento de importações ou exportações.”

Segundo o previsto na Diretriz Estratégica para Atuação na Faixa de Fronteira contra Delitos Transnacionais e Ambientais, os principais crimes transnacionais na faixa de fronteira do Brasil são a entrada e a tentativa de saída ilegal no território nacional de armas, munição, explosivo e os demais produtos controlados, conforme legislação específica, o tráfico ilícito de entorpecentes e/ou de substâncias que determinem dependência física ou psíquica, ou matéria prima destinada à sua preparação e entrada e tentativa de saída no território nacional de vetores em desacordo com as normas de vigilância epidemiológica (Secretaria Geral do Exército, 2005).

Entre os ilícitos acima, destacam-se o narcotráfico e o contrabando de armas e munições, pois eles se apoiam e sustentam a prática direta e/ou indireta dos demais ilícitos. Como citou em seu trabalho académico, o tráfico de drogas financia os grupos criminosos, enquanto que o contrabando de armas e munição fortalece o “braço armado” dando-lhes a proteção contra a ação da lei e contra os grupos criminosos rivais, instaurando a violência e o medo nos grandes centros urbanos e capitais dos estados, notadamente na região Sudeste do Brasil (Filho, 2014, p.18).

Desde o início deste século, o Ministério da Defesa tem mostrado sua preocupação com a falta de uma legislação que garanta às Forças Armadas (FA) o poder de polícia em



operações reais em ambiente urbano ou rural, terrestre, marítimo ou aéreo. A Lei Complementar (LC) n° 97 veio a dar este amparo (Casa Civil da Presidência da República, 1999). Mais adiante, a Lei foi complementada pela LC n° 117, que já previa a ação policial contra crimes transnacionais, entre eles o narcotráfico e o contrabando de armas (Casa Civil da Presidência da República, 2004).

Mais recente, a LC n° 97 recebeu, ainda uma alteração para a possibilidade de o combate necessitar da existência de um Estado-Maior Conjunto, LC n° 136 (Casa Civil da Presidência da República, 2010).

No Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), documento que junto com a Estratégia Nacional de Defesa (END) e a Política Nacional de Defesa esclarecem sobre todas as atividades de defesa do Brasil, estando descrito o conceito do sistema de controle das fronteiras.

“O Sistema Integrado de monitoramento das Fronteira (SISFRON), em consonância com as diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa e com base em monitoramento/controlo, mobilidade e presença, permitirá à Força Terrestre manter as fronteiras monitoradas e responder prontamente a qualquer ameaça ou agressão, especialmente na região Amazônica.

Com a perspectiva de interligar o SISFRON aos sistemas congêneres das demais Forças, do Ministério da Defesa e de outros órgãos federais, evoluindo para um sistema integrado de monitoramento, o Sistema contribuirá para iniciativas unificadas de cunho socioeconômico, que propiciem o desenvolvimento sustentável das regiões fronteiriças.” (Ministério da Defesa do Brasil, 2012, p.72).

O Projeto Piloto do SISFRON, teve a sua implantação iniciada no ano de 2012, na região do Centro-Oeste do Brasil (COB), sob a responsabilidade do Comando Militar do Oeste (CMO), Comando de um General de Exército. A inauguração pública das atividades operacionais deu-se na sede da 4ª Brigada C Mec em Novembro de 2014 (o Estado online, 2014).

Outros quatro projetos estratégicos podem reforçar as ações das forças militares previstas no SISFRON:

- PROTEGER (Sistema de Proteção de Estruturas Estratégicas), está, por exemplo, na construção dos Centros de Operações das brigadas e os postos de suprimento avançado de querosene de aviação;



- GUARANI (Nova Família de Blindados de Rodas), estará fornecendo novos blindados sobre rodas para os Regimentos de Cavalaria, Unidades Militares presentes na fronteira do Mato Grosso do Sul com o Paraguai;
- Defesa Cibernética, estará provendo ligações e redes seguras e rápidas;
- RECOP (Recuperação da Capacidade Operacional), estará recuperando ou adquirindo novos meios para as unidades operacionais das brigadas.

Objeto de investigação e sua delimitação

O estudo investigativo busca os atributos da capacidade das FA do Brasil de assumirem o combate ao narcotráfico e ao contrabando de armas pela fronteira terrestre brasileira. Tais medidas teriam como consequência a redução do consumo de drogas e venda de armas ilícitas nas cidades e metrópolis brasileiras, bem como reduzir o tráfico internacional que passe por solo brasileiro.

A investigação limitar-se-á a região do COB, pois neste território brasileiro está em andamento o projeto piloto do SISFRON que contempla a monitoração de aproximadamente 2500 quilômetros de fronteira terrestre, na faixa que acompanha a divisa do Mato Grosso do Sul com o Paraguai e com a Bolívia, podendo monitorar uma extensão ainda maior, em razão dos sensores de sinais eletromagnéticos.

Questão Central (QC), Questões Derivadas (QD) e Hipóteses (H)

“Face às ameaças do narcotráfico e contrabando de armas existentes na fronteira do Centro-Oeste do Brasil, qual será a capacidade efetiva do Exército Brasileiro, em ação conjunta com os outros Ramos, para assumir o combate ao narcotráfico e o contrabando de armas?”

Para encontrar a resposta a esta pergunta central, foram identificadas as seguintes questões derivadas (QD), às quais se pretende responder no curso da investigação:

QD1: As questões políticas internas e externas condicionantes favorecem a um maior envolvimento diplomático e militar das FA em ações de combate contra as ameaças na fronteira terrestre?

QD2: Qual o ponto de situação das capacidades do Exército Brasileiro e dos outros Ramos para a assunção dessa responsabilidade, particularmente na fronteira COB?

QD3: Como o SISFRON e os sistemas dos outros Ramos podem permitir assegurar os resultados esperados no LBDN, combater o narcotráfico e o contrabando de armas, justificando o investimento federal alocado a este combate?

H1: Os meios político e diplomático são favoráveis às ações do SISFRON.

H2: O Exército Brasileiro e os outros Ramos na região do COB tem condições



plenas de operações diurnas e noturnas.

H3: O desenvolvimento futuro será garantido com o plano de ação implantado.

Síntese metodologia da investigação

O trabalho metodológico utilizado na investigação teve como base o Método Científico de Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt, bem como as Orientações Metodológicas (IESM, 2015a), tudo de acordo com a NEP/ACA – 010 (IESM, 2015b) e a NEP/ACA – 018 (IESM, 2015c), de 15 de julho de 2015.

Utilizando o método hipotético-dedutivo, a pesquisa exploratória e as entrevistas com militares que atuam na área de operações do COB permitiram o mapeamento, a descrição e a elaboração da QC e das QD com o objetivo da análise setorial do assunto, de forma a buscar a resposta à QC.

Nesse contexto, realizaram-se entrevistas exploratórias com Comandantes das Unidades Operacionais e Oficiais importantes no cenário do sistema no COB.

Organização do estudo

O presente estudo compõe-se de quatro Capítulos, além da introdução e conclusão.

O primeiro capítulo possui exemplos internacionais de combate e controlo de região de fronteira, as características e ameaças presentes no COB e o porquê da presença das FA neste combate.

O segundo capítulo traz um resumo do desenvolvimento dos sistemas dos três Ramos, a repercussão no campo da política interna, repercussão na diplomacia e na política externa quanto às ações de combate ao narcotráfico e ao contrabando de armas na fronteira nacional.

No terceiro capítulo são descritas as capacidades atuais dos três Ramos, especialmente no COB e a possibilidade de melhoria destas capacidades.

No quarto capítulo há a apresentação do SISFRON e uma síntese dos sistemas dos outros Ramos, verificando as possíveis condições para estes poderem assegurar os resultados esperados segundo o LBDN.



1. Conceitos Fundamentais.

O presente capítulo visa, a título de revisão literária, mostrar ao leitor duas fronteiras internacionais, nas quais pode-se ter a oportunidade de estudo para comparações e posterior fortalecimento do sistema brasileiro.

O outro tópico importante é passar algum conhecimento sobre as ameaças existentes, particularmente nas ações de contrabando de armas e narcotráfico no COB. Tudo isto para que se compreenda o processo exploratório que levou o Governo Federal a decidir sobre a estratégia de melhoria do sistema de monitoramento das fronteiras brasileiras e da qual será feito o desenvolvimento metodológico na presente investigação.

1.1. Controlo nas Fronteiras do mundo

O controlo das regiões quanto à chegada de tropa, de visitantes ilegais ou imigrantes existe desde a antiguidade. Hoje em dia, a tentativa de imigração ilegal, o contrabando de armas, de seres humanos e outros produtos, o narcotráfico e a preocupação com a ameaça de entrada de terroristas tornou o controlo das fronteiras uma premente atenção dos governantes mundiais.

1.1.1. Arábia Saudita

A Arábia Saudita construiu em 2014 um muro com diversas camadas de materiais, em uma extensão de 900 Km, em sua fronteira com o Iraque. Embora a construção de muros para impedir o acesso de pessoas na fronteira brasileira não faça parte da estratégia nacional de controlo da faixa de fronteira, a construção de barreiras virtuais de vigilância de satélite, câmaras, radares, sensores electrónicos e aeronaves de reconhecimento para a detecção de intrusos planeada pela Arábia Saudita é semelhante ao brasileiro, podendo ser acompanhado sua evolução para aprendizado (Financial Times, 2009).

A barreira construída possui 78 torres de vigilância com sinais infravermelhos (*Ranger HRC multisensor systems*) e radares, oito centros de comando responsáveis pelos sectores que possuem rádios portáteis tipo RECON-III *hand-held systems*, prontos para acionar os 32 centros de rápida resposta e os três esquadrões de rápida intervenção. Assim pretendem reduzir o número de infiltrados, o contrabando de armas, gado e o narcotráfico.

Os sistemas de vigilância saudita com o radar *Ranger HLC* podem detectar a presença de um homem a 10 Km das barreiras e uma viatura a 20 Km. Já o radar BOR-A, da empresa Thales, pode detectar uma pessoa até uma distância entre 16 e 19 Km, e um veículo entre 33 e 39 Km de distância, dependendo da versão do equipamento (Almeida, 2014).



O sistema de vigilância saudita tem o emprego de alta tecnologia para monitoramento de áreas, possuindo certas semelhanças com o está planejado pelas FA.

A continuada observação, via aditância militar do Brasil naquele País, pode fornecer dados sobre problemas na operação do sistema e situações ocorridas nas atividades, que sirvam de alerta para que o sistema brasileiro possa corrigir o que for preciso para evitar que ocorram situações semelhantes.

1.1.2. Estados Unidos da América e a fronteira com o México

A fronteira entre os Estados Unidos da América e o México tem a extensão de 3.141 Km desde a cidade de San Diego, na Califórnia com a cidade de Tijuana, na Baja Califórnia, a oeste, a Brownsville no Texas e Matamorros, a este (The international Boundary and Water Commission, 2012).

Segundo a Comissão Internacional de Limites, trata-se da fronteira mais cruzada no mundo, com cerca de 300 milhões de pessoas atravessando-a legalmente por ano (Abril, 2014).

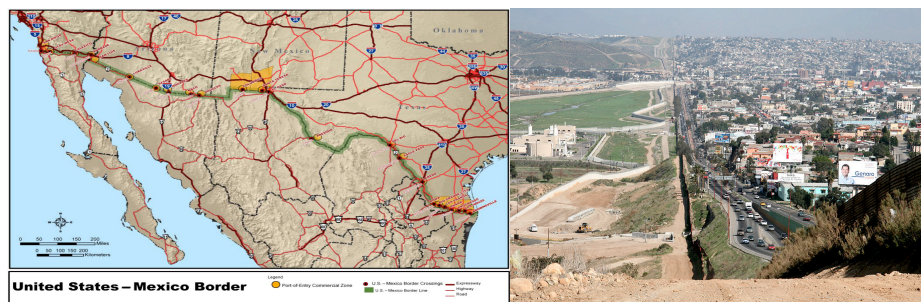


Figura 1– Fronteira EUA e México - mapa, cerca em San Diego CA

Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/muro-mexico.htm>

A fronteira por parte dos Estados Unidos da América (EUA), embora muito bem vigiada com um sistema de monitoramento de alta tecnologia e uma polícia de fronteira bem treinada, também possui uma parte com muros entre a região de San Diego, Califórnia e a cidade de Tijuana, conforme visto na figura 1 (Nassif, 2011).

Em fevereiro de 2014, a *Customs and Border Protection* (CBP), órgão do *Department of Homeland Security* (DHS) encarregado do policiamento das fronteiras dos EUA, fechou um contrato com o gigante da indústria militar israelense, *Elbit Systems*, a fim de construir uma "barreira virtual", isto é, uma barreira tecnológica instalada na fronteira do deserto do Arizona (Samuel, 2015).

No ano fiscal de 2015, a CBP continuou a monitorar as tentativas de entradas ilegais, com a apreensões de 337.117 pessoas em todo o país; 322.694 dessas apreensões foram de



indivíduos do México, El Salvador, Guatemala e Honduras, e quase todas as apreensões foram ao longo da fronteira sudoeste.

Com um investimento significativo de recursos para a aplicação tática e uma estratégia melhorada, o CBP pode contar com oito sistemas de radares tipo *Tethered Aerostat* (TARS), figura 2, formando uma rede de radares de longo alcance, monitorando com precisão a presença de aeronaves a baixa altura e objetos colocados a uma distância de 200 milhas. Tal facto possibilitou ao pessoal da CBP que tenha tempo suficiente para analisar e atuar, contra a uma possível invasão ilegal, tendo sido assinaladas mais de 335 tentativas de ações transfronteiriças, em 2015. Além disso, as operações contaram com ações aéreas e marítimas complementares, com dois sistemas de aeronaves não tripuladas (UAS) que detectaram 9.371 ações ilegais no ano.

Durante o ano fiscal de 2015, as operações aéreas e marítimas da CBP contribuíram para 198 apreensões na zona de trânsito, resultando na interdição de mais de 213.000 libras de cocaína (USCBP, 2015).



Figura 2 – Tethered Aerostat Radar System (TARS)

Fonte: Newsletter - CBP ACCESS - Nov 15, 2013, Volume 2, Issue 19.

O TARS é um dirigível que utiliza gás Hélio. Possui carga útil de 1.000 Kg atinge uma altitude de 15.000 pés¹. Possui radar de vigilância de média altura com alcance de 170 milhas náuticas. Visa o apoio do combate ao tráfico de drogas por meio da detecção de navios e aeronaves em voo a baixas altitudes, bem como veículos (CBP, 2015).

¹1 ft (pé) = 0.3048 metros; 1 Milha Náutica (marítima) = 1,885 quilômetros. Fonte: www.sportnautica.com.br/unidades.htm



Figura 3 – UAS

Fonte: <http://cironline.org/reports/new-drone-radar-reveals-border-patrol-gotaways-high-numbers-4344>.

O equipamento UAS, figura 3, utilizado para o patrulhamento da faixa de fronteira entre os EUA e o México utiliza o radar denominado VADER, que é capaz de observar pessoas, mesmo a uma altura de 25.000 pés. A limitação da dificuldade de diferenciação entre cidadãos e invasores/traficantes é superada pela utilização de outros sensores coordenados (Becker, 2013).

1.2. As ameaças no COB que levaram as FA a este combate

Tivemos no subcapítulo acima dois exemplos de países cujas fronteiras apresentam problemas, para o sistema de monitoramento e controlo destes países sirvam sempre de modelo comparativo para o sistema brasileiro.

Para iniciar a exposição das ameaças perenes na fronteira, vamos citar as palavras emitidas pelo Comandante do Exército Brasileiro, General de Exército Villas Bôas, durante uma entrevista, no dia 10 de outubro de 2015:

“Estima-se que 80% da criminalidade urbana seja ligada ao tráfico de drogas. Pagamos o preço que nenhuma guerra cobra. Morrem por ano 54 mil pessoas assassinadas no Brasil, cem mulheres são estupradas por dia. É impressionante. Para mudar o quadro, é fundamental melhorar o controlo da fronteira, que tem quase 17 mil quilômetros. Fisicamente, é impossível vigiar a fronteira, é preciso muita tecnologia aplicada. E o SISFRON foi a resposta para isso” (Jornal Zero Horas, 2015).

Para reforçar as palavras do Comandante, veja o que disse um dos principais chefes de grupo organizado de tráfico de drogas e armas brasileiro que preso foi interrogado por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Congresso Nacional Brasileiro. Afirmou que o Brasil tem uma fronteira muito grande, sendo difícil policiar o tempo todo, dando margem para outras entradas sem fiscalização. Com a vinda da Lei do Abate, o tráfico de armas segue por via terrestre pelo Paraguai, Bolívia, Colômbia e outros (Azul, 2006, p.10 a 13).

Segundo a Receita Federal admite, ela só consegue apreender cerca de 5% de tudo aquilo que é ilegal na fronteira com o Paraguai.



Ao longo da fronteira brasileira, principalmente junto ao Paraguai, Argentina e Bolívia existem várias estradas secundárias, portos e campos de pouso com pouca vigilância por parte da Receita Federal ou da Polícia Federal (PF).

A PF é a responsável pela vigilância das fronteiras brasileiras, tendo atribuições de fiscalização de entrada e saída de pessoas no país, o controle dos meios de transporte que fazem o tráfego internacional, a investigação e o combate dos crimes nacionais ou transnacionais, que ocorram ou tenham início na faixa de fronteira.

Ao longo de toda a fronteira terrestre do Brasil existem apenas 23 postos oficiais de fiscalização da PF, da Receita Federal e do Ministério da Saúde. As falhas na vigilância da fronteira fazem com que o Brasil, se destaque no tráfico de drogas e armas na fronteira do Brasil com o Paraguai (Almeida, 2015).

Concluindo a sua investigação sobre o tráfico de armamentos em todo o território nacional, em novembro de 2006, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), baseada em dados fornecidos pelo Ministério da Justiça e pela Polícia Federal, concluiu que 66% do material bélico contrabandeado para o Brasil vem do Paraguai. “O principal corredor de armas é o Paraguai, não há dúvidas”, disse o deputado Paulo Pimenta, do Rio Grande do Sul, que foi relator da CPI. De cada 100 armas em posse de criminosos brasileiros, 29 foram roubadas dentro do país (a maioria de funcionários de empresas de segurança) e 71 chegaram por contrabando, informou uma pesquisa da RCI *First Security and Intelligente Advising*, empresa de Segurança Privada sediada em Nova York, especializada em análise e gestão de risco. Dessas, 5% desembarcam por mar, vindas de outros continentes, 8% vêm da Bolívia, 17% do Suriname e a maioria absoluta, 68%, do Paraguai.

Segundo dados e alerta do jurista Walter Maierovitch, ex-secretário Nacional Antidrogas no governo Fernando Henrique Cardoso, especialista em criminalidade transnacional, “as máfias russa, italiana, turca, e até facções brasileiras atuam em conjunto no tráfico de drogas e armas na América do Sul”. Embora criminosos estrangeiros dominem o vaivém de material bélico no continente, quem se arrisca nas travessias para o lado brasileiro nada têm de europeu. Nessa etapa, existem dois tipos de contrabandistas: aqueles que são encarregados apenas de cruzar a fronteira e os que, além disso, levam o carregamento até as principais capitais do país (Academia Nacional de Polícia Rodoviária Federal, 2004).

Para entrar no Brasil, segundo o inspetor da Polícia Rodoviária Federal (PRF) em Foz do Iguaçu, Ricardo Schneider, antes de alcançar São Paulo, os contrabandistas desmontam as armas e enfiam as peças em balões de borracha, depois de besuntá-las com



pó de café e graxa – truques utilizados para despistar os focinhos dos pastores alemães da PRF. Também camuflam as armas em camiões de abacaxi (por causa do cheiro forte), em carregamentos de carvão e em cargas de peixe: se as portas do frigorífico ambulante forem abertas, os peixes correm o risco de apodrecer. Caso não encontrem vestígios de armas ou drogas, os policiais podem ter de pagar indenizações ao peixeiro ou multa, se contaminarem o carregamento (ANPRF, 2004).

Homens ao serviço de traficantes passam o dia monitorando postos policiais instalados nas estradas que ligam São Paulo ao Paraguai. “Como os PRF andam todos fardados, é fácil identificar quantos têm no posto e quantos estão na rua”. Os criminosos localizam as viaturas e informam os comparsas por telemóvel. Também telefonam para os postos para comunicar falsos acidentes. “*É preciso acabar com a porosidade na fronteira*”, diz Schneider.

A porosidade é ainda maior em Mato Grosso do Sul. “Só dois homens da polícia militar circulam no lado brasileiro da fronteira de Coronel Sapucaia com Capitán Bado”, conta Ricardo Rotunno, promotor de Justiça de Amambai. “Lá não há delegados, agentes da PF, nem da Receita Federal” (ANPRF, 2004).

Algumas vezes, traficantes e contrabandistas denunciam suas próprias cargas em trânsito nas estradas brasileiras, conta Ricardo Chilelli. São carregamentos com drogas misturadas com produtos químicos e armas de pouca relevância para os bandidos. “Eles desviam a atenção da polícia”, diz o especialista. “Enquanto apreendem uma tonelada de maconha, por exemplo, um carregamento de 200 toneladas passa despercebido”. Aparentemente exagerados, os números são endossados pelo volume de armamentos apreendidos nos últimos anos pela PRF. Entre 2003 a 2010, 11.035 armas e 768.929 munições foram capturadas. Durante os primeiros 12 dias de ocupação da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, em novembro de 2010, 518 armas foram apreendidas – entre elas 140 espingardas. O relatório de conclusão da CPI que investigou o tráfico de material bélico no Brasil informa que há 17 milhões de armas de fogo em circulação no país - 4 milhões em poder de criminosos (ANPRF, 2004).

As rotas do contrabando de armas são idênticas às do tráfico de drogas. “As propinas pagas por criminosos a policiais fazem com que os caminhos e os personagens sejam os mesmos”, diz Chilelli. A corrupção endêmica permite que uma espingarda AK-47 seja alugada em São Paulo por diárias que variam de 500 a 800 reais. Na capital paulista, cinco quadrilhas fornecem o serviço de aluguel das chamadas “armas longas”. Uma espingarda



automática calibre 7.62 pode ser comprada por cerca de 45.000 reais – três vezes o preço negociado na fronteira com o Paraguai (ANPRF, 2004).

A CPI do Tráfico de Armas resultou num conjunto de recomendações ao Poder Executivo e de projetos de lei. Concretamente, o pacote de propostas foi responsável pela criação de uma delegacia especializada em tráfico de armas e munições na PF e pelo Projeto Especializado em Policiamento de Fronteira, o chamado Pefron – um tipo de policiamento específico, que até agora existe em 11 cidades. É pouco se levarmos em consideração a dimensão do contrabando de armas que, nas mãos de criminosos, matam e agredem a população com prejuízos incontáveis (ANPRF, 2004).

A partir destas constatações da porosidade da fronteira brasileira, da necessidade de ampliar a quantidade de postos e agentes de alfândega e de policiais federais na área, do aumento da violência e emprego de armas pesadas pelo crime organizado, principalmente nas cidades do sudeste brasileiro, o Poder Executivo passou a estudar ações estratégicas para solucionar a questão.

O Ministério da Defesa, seguindo as diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa (END), onde o projeto de defesa sustentável passa pelo trinômio monitoramento/controlo, mobilidade e presença lançou para os Ramos a missão de projetar a defesa do Estado no ar, mar e terra (Ministério da Defesa, 2008).

A Marinha iniciou o estudo de desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SISGAAz) e a Força Aérea já possuía o Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro (COMDABRA), tendo-o adaptado para o Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA).

O Exército, através do escritório de Projetos Estratégicos do Exército (PEE) apresentou o SISFRON, projeto de impacto que será indutor do Processo de Transformação de toda a Força Terrestre (Gabinete, 2012a).

Por meio do Decreto Legislativo nº 373, de 25 de setembro de 2013, foram aprovadas ou reeditadas a Política Nacional de Defesa, a END e o LBDN (Gabinete, 2012b).

No LBDN, está descrito o conceito do sistema de controle das fronteiras:

“O SISFRON, em consonância com as diretrizes da END e com base em monitoramento/controlo, mobilidade e presença, permitirá à Força Terrestre manter as fronteiras monitoradas e responder prontamente a qualquer ameaça ou agressão, especialmente na região amazônica.

Com a perspectiva de interligar o SISFRON aos sistemas congêneres das demais



Forças, do Ministério da Defesa e de outros órgãos federais, evoluindo para um sistema integrado de monitoramento, que contribuirá para iniciativas unificadas de cunho socioeconômico, que propiciem o desenvolvimento sustentável das regiões fronteiriças” (Ministério da Defesa do Brasil, 2012, p.72).

Como será visto nos próximos capítulos, da mesma forma que o sistema de monitoramento terrestre se encontra em andamento, o sistema de controle de defesa aérea brasileira está ativo e o sistema de controle marítimo também, porém necessitando de modernização.

1.3.Percurso metodológico

Assim, conhecendo alguns conceitos fundamentais e vendo o porquê da necessidade do governo brasileiro planejar um melhor sistema de monitoramento da fronteira, utilizando o método hipotético-dedutivo, a pesquisa exploratória vai buscar, mapear e analisar a elaboração de uma classificação inicial para a necessidade ou não de inserção de novos dados relativos à pesquisa em pauta.

Tal situação faz-se necessária, pois segundo Quivy e Luc Van Campenhoudt, as leituras ajudam a fazer o balanço dos conhecimentos relativos ao problema de partida, mas são as entrevistas que contribuem para descobrir os aspetos a ter em conta, e alargam ou retificam o campo de investigação das leituras. Uma e outras são altamente complementares (Campenhoudt, 2013, p.11).

A pesquisa bibliográfica possibilita a apresentação de conceitos teóricos, base doutrinária empregada nas operações na fronteira e a capacitação dos meios e pessoal em atuação, particularmente as tropas do Comando Militar do Oeste (CMO).

O levantamento das informações de interesse e estruturação de um modelo teórico de análise foi feita através da leitura de trabalhos científicos, artigos científicos, reportagens, e livros, sejam na Rede de Bibliotecas do EB, no IUM e na internet em áreas de importante saber como a área aduaneira, a área policial, a área de justiça federal e estadual e a área das universidades federais ou particulares.

Em resumo:

- Independentemente do nível de beligerância entre os países, quanto maior for a extensão da fronteira, mais o uso de alta tecnologia se faz necessário para um monitoramento preciso, o adensamento de pessoal preparado para as atividades de controle vigilância e apreensão, melhor será o resultado obtido pelo sistema.

- O conhecimento de fronteiras controladas com alta tecnologia em outros países



O Contrabando e o tráfico na fronteira Centro-Oeste do Brasil: ações das Forças Armadas no seu combate e desenvolvimentos futuros.

serve para uma constante comparação com o sistema brasileiro para atualizações e correções que se fizerem necessárias ao longo das atividades. Conhecer a periculosidade das ameaças permite reconhecer que um acurado sistema de informação e uma rapidez na tomada de decisões, via comunicações precisas e georreferenciadas, farão a diferença para a eficácia nas constantes operações futuras.



2. Os Projetos Estratégicos das Forças Armadas que combatem o narcotráfico e o contrabando de armas.

Neste capítulo pretende-se realizar um extrato de como a diplomacia brasileira tem realizado ações que possibilitem uma interação com os países vizinhos, particularmente o Paraguai, a Bolívia e também a Argentina, visto que o País da Bacia do Prata faz parte da chamada tríplice fronteira, faixa com o Brasil e o Paraguai, zona perigosa na bacia do Rio Paraná que percorre parte da fronteira do estado de Mato Grosso do Sul com o Paraguai.

Veja, então, se as questões políticas internas e externas, bem como a diplomacia nacional favorecem ou não a um maior envolvimento das FA em seus projetos estratégicos em ações de combate contra as ameaças na fronteira terrestre.

2.1. Marinha

A Marinha já possui um sistema de vigilância e monitoramento da área marítima, realizada pelos navios do Ramo e aeronaves da Força Aérea em operações de patrulha ou em trânsito, com os dados enviados para ao Centro de Comando do Teatro de Operações Marítimas (CCTOM). A ferramenta empregada é o Sistema Naval de Comando e Controle (SISNC²). O CCTOM tem a tarefa de acompanhar todos os dados de embarcações não militares alimentados pelo Sistema de Controle de Tráfego Marítimo (SISTraM), que recebe informações de diversas fontes (Junior, 2013, p.27 e 38).

Para aumentar sua capacidade e eficácia, bem como atender as necessidades da END, a Marinha estudou o desenvolvimento do SISGAAz, com a gestão de todo mar territorial brasileiro, com capacidade de interface com os sistemas dos outros Ramos, o SISFRON e o SISDABRA.

O projeto da Marinha do Brasil para controlar e vigiar a zona econômica exclusiva brasileira do Oceano Atlântico, o SISGAAz tinha a previsão inicial de estar concluído em 2027. O processo estava na primeira fase e não havia iniciado a fase do concurso público para as empresas concorrentes, no entanto, o corte de recursos devido à crise econômica levou o Ramo a suspender o projeto, até que a economia nacional possibilite retomá-lo (O Globo, 2015).

2.2. Exército

No capítulo 1, viu-se que a implantação do SISFRON é encargo do Exército e que o processo de implantação deste sistema iniciou-se em 2012.

Na conclusão do processo de gestão orçamentária para o ano de 2016, aliado à crise econômica existente no Brasil, o Comandante do Exército Brasileiro declarou em entrevista que os projetos estratégicos tiveram cortes de cerca de 40%. Não foram



cancelados, mas tiveram a conclusão de cada fase dos sistemas com prazos prorrogados. (Jornal Zero Horas, 2015).

Será importante que o Legislativo Nacional consiga, ao menos, diminuir a percentagem de corte dos projetos estratégicos, pois além de alongar a previsão da conclusão do SISFRON, que seria em 2035, com o ritmo de orçamento desse ano, vai para 2060. Quem continuará a sofrer com esta demora vai ser a sociedade, que permanecerá a conviver com a criminalidade urbana, facto sempre associado ao tráfico de drogas. Tudo isto, porque julga-se impossível vigiar e controlar uma fronteira tão extensa como a brasileira, sem o uso de alta tecnologia (Jornal Zero Horas, 2015).

2.3. Força Aérea

Desde 1980, a Aeronáutica possui ativo a todo tempo o sistema de defesa aeroespacial do País, com suas aeronaves de sobreaviso para o acionamento quando necessário. Apesar do impacto da crise nos sector estratégicos dos Ramos, o SISDABRA não sofreu um reflexo tão significativo, apenas teve um retardo financeiro na atualização de seus meios (FAB, 2016).

2.4. Repercussão no campo político interno

Como foi possível observar no capítulo 1, existe na Câmara dos Deputados Federais uma Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN), a qual deve defender no Congresso Nacional as verbas destinadas ao desenvolvimento dos projetos estratégicos e aparelhamentos necessários dos Ramos.

O Senado Federal também possui uma Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional tendo como indicativo (CRED). Ambas as comissões normalmente trabalham em prol da manutenção de uma Defesa equilibrada com as dificuldades inerentes à economia do país, compatível com aquilo que é necessário para a manutenção da soberania e da integridade territorial nacional.

Para tanto, ambas as casas aprovaram o LBDN de 2012 e também o Plano Plurianual (2016-2019) do Estado, que o Presidente da República recebeu em dezembro de 2015; após replanear o programa o reenviou para o Congresso com vários cortes.

Assim, em alguns parágrafos buscar-se-á o que traduz em termos financeiros o referido Plano:

- O Plano Nacional de Defesa no quadriênio (2016-2019), busca a garantia da defesa nacional e da integridade territorial, promoção da paz, dos direitos humanos e da cooperação entre as nações;

- As prioridades e objetivos do programa de defesa nacional abrangem a formação e



capacitação dos efetivos das FA, a elevação da capacidade operativa por meio do adestramento e prontidão logística, a adequação de estruturas e instalações militares, desenvolvimento de capacidades estratégicas nas áreas cibernética, nuclear e espacial e nos sistemas de comunicações, comando, controle, inteligência e segurança da informação;

- Os recursos do programa defesa nacional (R\$ 55,7 bilhões) compreendem a formação e capacitação de recursos humanos civis e militares para a defesa nacional, bem como a manutenção e ampliação da capacidade de operação das FA, com destaque para o seu aparelhamento com meios e equipamentos adequados às necessidades de segurança do país e que, simultaneamente, fomentam o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa com tecnologias de interesse nacional;

- Dos grandes projetos plurianuais já em execução prevê-se: a conclusão do processo de certificação do avião cargueiro KC-390, desenvolvido pela Embraer, em parceria com a Força Aérea; o prosseguimento do programa de submarinos, que inclui a construção de estaleiro, base naval, quatro submarinos convencionais e um submarino com propulsão nuclear; a obtenção de 300 viaturas da nova família de blindados (projeto GUARANI); e o avanço na implantação do SISFRON (MPOG, 2015).

Cabe, ainda, ressaltar que o LBDN e a END são Objetivos de Estados já aprovados, logo qualquer que seja os novos mandatários do Poder Executivo Nacional, estes devem cumprir e atingir as metas estabelecidas nestes documento.

Outro exemplo de como o Poder Legislativo é favorável às ações do Poder Militar foi em setembro de 2015, quando o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (ABIMDE), Sami Hassuani foi ao Senado Federal para debater com os senadores Laise Martins e Ricardo Ferraço sobre os cortes financeiros efetuados pelo Governo Federal em todos os programas do setor.

Sami Hassuani destacou a preocupação de que, com as duras restrições orçamentárias do Governo Federal provavelmente existiria uma descontinuidade nos progressos tecnológicos das empresas com riscos de obsolência, perda de recursos humanos e falência; pediu ao Congresso Nacional para priorizar a área na votação do Orçamento de 2016.

Os senadores destacaram que havia uma priorização ao combate ao tráfico e os outros crimes já nas fronteiras, pois isto aliviava a carga das grandes cidades e que preparavam juntamente com a equipa da política pública de defesa para o ano de 2016, uma nova versão do LBDN desta área, a ser apresentada ao Congresso Nacional.



Ferraço destacou, ainda, o papel de investimentos nessa área para a geração de empregos e renda, além do ganho em segurança pública.

Said Hassuani, então mostrou aos senadores, um estudo da Fundação Instituto de Pesquisa Económica (FIPE), ligada à Universidade de São Paulo, demonstrando o "impacto positivo" da cadeia produtiva do setor.

O estudo demonstrava que a cada R\$ 10 milhões investidos em alta tecnologia na área, há um impacto da ordem de R\$ 18,6 milhões, com 175 empregos diretos. Em relação aos efeitos indiretos, haveria ganhos de R\$ 33,4 milhões, com 352 novos postos de trabalho e um grande impacto no PIB (Senado Federal, 2015).

Desta forma, com os exemplos expostos, viu-se uma amostra de que o Poder Legislativo Nacional encontra-se favorável ao processo de desenvolvimento e fortalecimento do Poder Militar para o combate às ameaças do narcotráfico e do contrabando de armas vindas das fronteiras nacionais; no entanto, o Poder Executivo na necessidade de reajustes económicos para resolver a crise ora existente, efetuou cortes financeiros em projetos estratégicos de defesa, criando dificuldades para o desenvolvimento da indústria nacional de defesa e para a segurança da sociedade nacional.

No entanto, conforme explicitou o Senhor Mário Vilalva², Embaixador do Brasil em Portugal, a economia brasileira é forte, bem como a capacidade de investimentos externos.

Tomando a crise ocorrida em 1999 como exemplo, as manobras de cortes financeiros corretamente efetuadas permitirão que o Brasil retorne a uma economia estável no tempo de três a cinco anos, possibilitando, certamente, que os recursos previstos para tais sistemas voltem ao valor do investimento previsto.

2.5. Repercussão nos campos diplomático e de política externa

A Organização dos Estados Americanos (OEA), onde todos os Estados Sul-americanos são membros permanentes, sempre combateu o narcotráfico e o contrabando de armas. A Convenção Interamericana que versava sobre a fabricação, o tráfico ilícito de armas de fogo, munições, explosivos e outros materiais relacionados, foi aprovada em 13 de novembro de 1997 (OEA, 1997).

Ainda em 1998, os países do MERCOSUL realizaram uma reunião especializada em drogas, onde coube ao Brasil e à Argentina manterem, alternadamente, a presidência da secretaria de combate às drogas, secretaria semelhante à existente na Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD) da OEA (Silva, 2013).

² Senhor Mário Vilalva, em resposta a entrevista com o autor, exposto no Apêndice B.



No ano de 2008, a diplomacia brasileira teve a iniciativa de propor aos membros do continente a criação da União de Nações Sul-americanas (UNASUL), com o objetivo da construção de uma identidade e cidadania sul-americana, além de um espaço de articulação em diversas áreas, inclusive defesa. Esta ação foi contribuinte na reconfiguração das relações entre os países da região.

A criação do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS), em 15 de dezembro de 2008, também fortaleceu a coesão regional, pois forneceu à UNASUL um mecanismo de fomento ao intercâmbio no campo da segurança e defesa entre os seus membros (Landim, 2015).

Em 28 de junho de 2011, os governos do Brasil e do Paraguai fizeram, em Assunção, um ajuste complementar do acordo de 29 de março de 1988, para ajustar a cooperação de segurança pública e do enfrentamento ao tráfico de drogas, substâncias psicotrópicas e os crimes conexos.

Destacam-se neste ajuste, entre outros, o compromisso de combater a produção e tráfico de drogas, a criminalidade organizada transnacional, a cooperação mútua no controle e segurança das fronteiras, incluindo a vigilância do espaço aéreo e fluvial, com a intensificação das operações conjuntas e coordenadas; utilização de veículos aéreos não tripulados, para tarefas de monitoramento, para sobrevoo de áreas definidas de comum acordo, nas datas e conforme os procedimentos definidos em conjunto pelas Partes; e troca de informações, inclusive de informação policial, bem como uso de tecnologias para a verificação de impressões digitais e reconhecimento facial.

Tudo isto contando com o fortalecimento das instituições nacionais e dos mecanismos de enfrentamento ao tráfico ilícito, com vista a aperfeiçoar a aplicação da lei contra o crime organizado, particularmente em zonas fronteiriças (Ministério das Relações Exteriores, 2011).

Mostrando a força da união continental, em novas reuniões foi assinada a declaração em Cartagena na reunião com os Ministros de Defesa, Justiça, Interior e Relações Exteriores e o Secretário Geral da UNASUL, em 2 e 4 de maio de 2012.

Houve a confirmação, mais uma vez, do respeito pela soberania, integridade e inviolabilidade territorial dos Estados, a não ingerência em assuntos internos, a auto determinação dos povos e respeito pelos direitos humanos internacionais, visão e integração regional, tudo segundo o Tratado da UNASUL.



Assim decidiram a criação de um Grupo de Trabalho que, com o apoio da Secretaria Geral da UNASUL, elabore o estatuto e plano de ação do dito Conselho, evoluindo para uma possível integração deste com um novo Conselho Sul-americano sobre o Problema Mundial das Drogas. O Estatuto será submetido aos Ministros de Relações Exteriores, para uma aprovação final dos Chefes de Estado de cada Governo (UNASUL, 2012).

O Senhor Mário Vilalva³ afirmou que como a linha de fronteira brasileira é relativamente porosa, as ações militares devem permitir que com o uso de alta tecnologia e da ação dos militares, além de coibir os ações delituosas possa, também, impedir o uso do território nacional como refúgio de indivíduos estrangeiros de qualquer espécie.

Enfim, os Sistemas Estratégicos de Defesa podem favorecer a política externa, em ações diplomáticas com os países vizinhos.

Com estes exemplos, nos campos diplomático e de política externa, é possível constatar que o uso do SISFRON de maneira cooperativa e conjunta com outros órgãos nacionais e com os Ramos pode realizar as ações de controlo da fronteira com um parecer favorável da diplomacia regular.

Em 2012, o Vice Presidente da República do Brasil, Michel Temer escreveu um artigo no jornal O Estado São Paulo, onde esclareceu o novo plano estratégico de fronteiras brasileiro. Um programa governamental de sucesso que integra centrado nos Ministérios da Defesa e da Justiça, os governos federal, estados e municípios.

Citou ainda que, com o novo plano, num curto período já haviam sido apreendidas mais de 115 toneladas de drogas, 65 mil garrafas de bebidas, 650 quilos de explosivos, 2 mil veículos, 4,2 milhões de pacotes de cigarros, 75 mil munições e 534 armas de fogo. Além disso, nas operações houve a destruição de pistas de pouso clandestinas, muitas vezes usadas por traficantes ou contrabandistas.

Todos os países vizinhos haviam sido avisados previamente das operações, percebendo que o objetivo do Plano Estratégico de Fronteiras brasileiro era aumentar a cooperação entre as nações no combate à criminalidade. Vários acordos foram assinados com governos que fazem fronteira com o Brasil e observadores estrangeiros puderam acompanhar parte das operações conduzidas pelas FA (O Estado de São Paulo, 2011).

2.6. Síntese conclusiva

Pode-se assegurar que, com o relacionamento amistoso e bom com os países

³ Senhor Mário Vilalva, em resposta a entrevista com o autor, exposto no Apêndice B.



vizinhos, uma diplomacia e política externa atuantes favorece positivamente o desenvolvimento do sistema de monitoramento de fronteira, com o uso das FA.

A repercussão no Poder Legislativo também pareceu favorável, pois o LBDN, o Plano Nacional de Defesa no quadriênio (2016-2019) foram aprovados pelo Congresso Nacional.

O Poder Executivo elaborou a Política Nacional de Defesa, a END, o LBDN e os Planos Plurianuais de Investimento, que foram aprovados pelo Poder Legislativo transformando-se em Objetivos de Estado que devem ser cumpridos qualquer que sejam os próximos mandatários da Presidência da República.

No entanto, devido à crise econômica atual, houveram cortes nos recursos financeiros já aprovados, que não permitiu o início do processo de desenvolvimento do SISGAAZ, gerou dificuldades no processo do SISFRON e adiou o prazo da meta de integração dos sistemas de monitoramento dos três Ramos.

No entanto, na entrevista com este autor, o Senhor Mário Vilalva disse que com os cortes financeiros efetuados corretamente, de três a cinco anos as verbas financeiras para sustentação dos sistemas devem voltar a sustentá-los de forma eficiente.

Assim, validando a hipótese um e respondendo à QD1, pode-se dizer que os meios diplomático e político são favoráveis às ações militares de combate das FA contra as ameaças na fronteira terrestre.

Ressalta-se, ainda, que na análise estratégica para combater a crise financeira que se abateu no País, o Governo pode ter colocado temporariamente em risco um planejamento estratégico de defesa com o controle total das fronteiras brasileiras, em ambiente de alta tecnologia e integrado.



3. Capacidade do Exército e dos outros Ramos na assunção do combate no COB

Pretende-se descrever as forças dos três Ramos existentes no COB, analisando os seus meios e oportunidade de cooperar com o controle e a apreensão de artefactos do narcotráfico ou armas ilícitas. Tudo isto, inserido e somando aos sistema brasileiro de monitoramento de fronteira, seja pelas águas, por terra ou pelo ar.

3.1. Marinha

Como se viu no capítulo anterior, o início do desenvolvimento do SISGAAz está suspenso temporariamente, devido à crise económica ora vivida pelo Brasil. No entanto, o Ramo possui na região do COB o comando do 6º Distrito Naval (DN), na cidade de Ladário – MS, que tem como propósito contribuir para o cumprimento das tarefas de responsabilidade da Marinha, nos Estados do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso. Para a consecução do seu propósito, são atribuídas ao Comando do 6º DN, as seguintes tarefas:

[....]

IV. implementar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos, no mar e nas águas interiores, atuando, quando necessário, em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo Federal, Estadual ou Municipal;

[....]

VIII. cooperar com os órgãos federais, quando determinado, na repressão aos delitos de repercussão nacional ou internacional, quanto ao uso do mar, águas interiores e de áreas portuárias, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução;

[....]

XI. atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, independentemente da posse, da propriedade, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, executando, dentre outras, as ações de:

- a. patrulhamento;
- b. revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves; e
- c. prisões em flagrante delito (Distrito Naval, 2016).

O Distrito Naval de Ladário possui, além das suas instalações, a subordinação de um esquadrão de helicópteros, um grupamento de fuzileiros navais e a Flotilha Mato Grosso, a qual possui um navio monitor, um navio de assistência hospitalar, três navios de transportes (dois de passageiros e um logístico) e mais quatro navios patrulha.



O navio monitor e os navios patrulha são os responsáveis pelo cumprimento da tarefa XI, seja nas calhas do Rio Paraguai – Paraná ou no Rio Cuiabá, seja à noite ou durante o dia. Tudo podendo contar com o apoio aéreo de sustentação dos helicópteros.

O Comando do 6º Distrito Naval participou da Operação ÁGATA 9 no mês de outubro de 2015, empregando os seus meios em ações na faixa de fronteira. Foram empregados navios do Comando da Flotilha de Mato Grosso, um Grupo Tarefa de militares do Grupamento de Fuzileiros Navais de Ladário, além de embarcações da Capitania Fluvial do Pantanal.

A Força Naval Componente realizou diariamente inspeções navais e ações de presença na calha do Rio Paraguai. Em três dias de Operação, 142 embarcações foram inspecionadas, 28 notificadas e 3 apreendidas, sendo uma de transporte de carga/passageiro e dois empurradores. Foi realizada uma ação conjunta da Marinha do Brasil com a Polícia Federal, com a apreensão de 2100 quilos de maconha e um veículo na rodovia PR-495 na manhã do dia 22. Um homem foi preso em flagrante pelo crime de tráfico de drogas.

A Marinha do Pantanal operou na faixa de fronteira dos estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraná e Rondônia, empregando um efetivo de 1000 homens, nove navios, três helicópteros, 40 embarcações e 23 viaturas, com o objetivo de realizar Patrulha Naval, Inspeção Naval e Patrulhamento nos rios Paraguai, Cuiabá, Paraná, Abunã, seus afluentes e no Lago Itaipu, a fim de contribuir para a redução das ações do crime organizado e práticas ilícitas, bem como para a intensificação da presença do Estado (Defesanet, 2015).

Vê-se que o Ramo está colaborando com o controle e monitoramento da faixa de fronteira fluvial que lhe cabe. Além disto, realiza operações conjuntas e/ou integradas com a 18ª Brigada de Infantaria de Fronteira, da cidade de Corumbá-MS, e com a PF, fortalecendo a sinergia no combate a situações ilícitas no ambiente fluvial.

3.2. Exército

No COB existe o CMO, comandado por um General de Exército, o qual é responsável, estrategicamente, pela integridade territorial e pela soberania nacional nos estados do Mato Grosso do Sul (MS) com uma área de 357.145,83 Km² ⁴ e do Mato Grosso (MT) com uma área de 903.329,70 Km² ⁵.

⁴ www.portalbrasil.net/estados_ms.htm

⁵ www.portalbrasil.net/estados_mt.htm



Figura 4 – Área de responsabilidade do CMO.

Fonte: o-sisfron-projeto-estratégico-do-exército, CMO, p.22, 2014.

O CMO tem como Grandes Comandos Subordinados para apoio administrativo e logístico à 9ª Região Militar, responsável pela administração de pessoal, patrimônio e saúde assistencial de toda a área, o 9º Grupamento Logístico, responsável pelo apoio logístico a todas as operações realizadas pelas brigadas subordinadas.

O 3º Grupamento de Engenharia (Gpto E), com a sua comissão de obras e os seus dois batalhões na área, tem grande valia ao sistema, seja no acompanhamento da construção dos Centros de Operações (COp) nível batalhão ou brigada, seja na construção de instalações nos batalhões de fronteira ou na instalação das antenas da infovia.

Para tanto, o Gpto E já construiu os COp das brigadas e das unidades nível batalhão, as obras necessárias foram construídas e as antenas de ligação da 4ª Bda C Mec com seus regimentos e com o CMO já estão em condições de operação.

Todas as operações de combate são coordenadas e alimentadas pelo Centro de Coordenação de Operações do Comando Militar de Área (CCOp) do CMO, existindo no COB três brigadas responsáveis pela vigilância das fronteiras, sendo elas a 13ª Bda Inf Mtz, a 18ª Bda Inf Fron e a 4ª Bda C Mec, a brigada do projeto piloto de implantação do SISFRON.



Importante ainda é citar outros meios que colaboram para a obtenção de resultados favoráveis e informações de alto valor estratégico no sistema: o 9º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica (B Com GE), o 6º Batalhão de Inteligência Militar (BIM) e o 3º Batalhão de Aviação do Exército (BAvEx).

Antes de expor os meios de combate do CMO, cabe esclarecer que desde 2011, ao menos uma vez por ano, o Estado-Maior Conjunto das FA (EMCFA) coordena uma ação de grande escala na fronteira terrestre do Brasil, com o objetivo de fortalecer a segurança.

Trata-se da Operação ÁGATA que integra o Plano Estratégico de Fronteiras (PEF) do Governo Federal. Nas operações militares, os três Ramos realizam ações táticas destinadas a coibir delitos como o narcotráfico, o contrabando de qualquer espécie, o tráfico de armas e munições e outros delitos.

Participam juntos neste esforço a PF, a PRF, a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), outros órgãos federais e órgãos de segurança pública dos estados de região de fronteira. Todas as operações são sob a coordenação e controle do EMCFA (Ministério da Defesa, 2014).

Das oito operações realizadas até 2014, inclusive, foram apreendidas 34.658 embarcações, 229 armas, 21,9 toneladas de explosivos e 68,1 toneladas de drogas (Defesa Aeronaval, 2015).

3.2.1. 13ª Bda Inf Mtz

A Brigada tem como sede a cidade de Cuiabá, capital do Estado do Mato Grosso (MT), e uma área de responsabilidade de mais de 900.000 Km², com três biomas diferentes (floresta amazônica, pantanal e cerrado), uma enorme extensão de vigilância para os meios militares existentes.

Mesmo com estas dificuldades, segundo o Chefe do Estado-Maior da 13ª Bda Inf Mtz⁶, o Comando tem como pontos fortes a capacidade militar terrestre de pronta resposta estratégica, a capacidade operativa de prontidão. Pela grande extensão da área de atuação os seus meios estão distribuídos em posições estratégicas na fronteira, onde seus Batalhões possuem, ainda, quatro pelotões de fronteira e três bases de apoio, em vigia e atuação nos principais eixos que cortam o Estado em direção à Bolívia.

Cabe destacar que o 2º Batalhão de Fronteira, situado em Cáceres-MT, é o responsável pela coordenação e comando direto das ações dos pelotões de fronteira. Segundo dados da

⁶ Cor Alves Negrão, em resposta a questionário enviado pelo autor, exposto no Apêndice A.



Academia de PRF, a rota do narcotráfico e contrabando de armas vindas da Bolívia utilizam esta via de acesso rodoviária, que passa pela cidade.

Segundo o Chefe de Estado-Maior, o COP da Bda tem capacidade de comando e controlo, capacidades operativas de planeamento e condução, sistemas de comunicações, boa consciência situacional e a gestão do conhecimento e das informações, com os meios mais modernos de tecnologia da informação, utilizando programas como o Pacificador e o C² em Combate. Isto proporciona em tempo real a compreensão do ambiente operacional, entre outros.

Na capacidade militar terrestre de interoperabilidade, como está previsto no LBDN, tem atuado as agências com excelente resultados, facto este comprovado nas operações ÁGATA, ATALAIA, e HILÉIA PÁTRIA.

Conforme citou Alves Negrão no questionário, um dos pontos fracos da Brigada é o serviço militar obrigatório, principalmente em atividades que envolvam alta tecnologia, isto porque um o soldado voltará para a vida civil e outro jovem terá que aprender a atividade. Para tanto, o Exército Brasileiro já está estudando uma forma para a reduzir na proporção dos soldados do serviço militar nas unidades de fronteira.

Na área de material, a 13^a Bda Inf Mtz ainda não recebeu os sensores, radares e outros materiais previstos pelo SISFRON, que incrementariam a vigilância da fronteira oeste e devido às restrições orçamentarias advindas com a crise económica brasileira, provavelmente este recebimento atrase um pouco mais.

A Brigada não possui uma Organização Militar (OM) logística que dê apoio às forças desdobradas. No entanto, em caso de desdobramento, o Grupamento Logístico do CMO pode e deve dar o apoio para a sustentabilidade logística das unidades envolvidas.

Outra atividade ora em voga é a transferência da Unidade Militar de Aragarças, no Noroeste do Estado, para a cidade de Sinop-MT, cidade mais ao Norte e mais próximo da fronteira leste, aumentando a capacidade de vigilância e poder de combate para as ações operativas. Visto que o 58^o BIMtz deixará de ser uma organização com apenas duas companhias, para uma com quatro subunidades, sendo uma com viaturas GUARANI (gcnovicias, 2015).

3.2.2. 18^a Bda Inf Fron

A 18^a Bda Inf Fron tem como sede a cidade de Corumbá – MS e em termos de vigilância de fronteira terrestre divide com a 4^a Bda C Mec, a faixa do Paraguai, e com a 13^a Bda Inf Mtz, a da Bolívia (dos dados obtidos a partir da apresentação do Comandante da Brigada na 2^a reunião de Comando no CMO em 30 de julho de 2014).



Como está vocacionada para a região do pantanal sul mato-grossense, possui vocação para operações ribeirinhas. Para tanto, recebeu pelo planejamento de estruturação do SISFRON oito embarcações de reconhecimento e vigilância Guardian 25, tendo a 2ª Cia de Fronteira de Porto Murtinho-MS aumentado a sua capacidade de monitoramento sobre o Rio Paraguai (Caiafa, 2015).

As OM da Brigada ainda receberam vários equipamentos, rádios e materiais para a ativação de Postos de Bloqueio e Controlo de Estrada (PBCE) e melhoras na capacidade de pronta ação, com várias viaturas, isto ocorrido com os equipamentos comprados com os recursos recebidos no ano de 2014 (Caiafa, 2015).

Ainda em Corumbá, está o 17º B Fron que possui um pelotão isolado na fronteira em Porto Índio, sendo o efetivo trocado a cada mês. O outro batalhão é o 47º B Fron, que faz a vigilância afastada das estradas e rios do eixo que demanda para Campo Grande-MS.

Frequentemente existem os *check points* nas “cabriteiras”, termo usado pelo povo boliviano para as estradas secundárias, operações de PBCE na BR-262 e as revistas de carga e pessoal na linha férrea em Porto Esperança.

Em todas as operações ÁGATA o Estado-Maior da Bda emprega seus batalhões, muitas vezes em ações conjuntas com as Unidades do 6º DN e a PRF (Braga, 2014).

Como na 13ª Bda Inf Mtz, os sensores, os radares e outros materiais, provavelmente serão recebidos com atraso. Porém, mesmo com alguma dificuldade o adestramento, preparo e execução das tarefas são cumpridas.

3.2.3. 4ª Bda C Mec

A 4ª Brigada C Mec, conhecida como Brigada Guaicurus, possui três R C Mec em cidades fronteiriças com o Paraguai, nas cidades de Ponta Porã, Amambai e Bela Vista. Todos estas O possuem esquadrões e pelotões em outras pequenas cidades ou vilas que também fazem contatos diretos com localidades do país vizinho, uma vez que esta faixa de fronteira não possui obstáculos naturais que limitem a entrada. Existem pequenas cidades ou vilas onde não há órgãos da PF ou Receita Federal, sendo os militares guaicurus que fazem a vigilância e a manutenção da lei e da ordem (Matsuda, 2014).

Cada regimento tem cerca de 15 viaturas mecanizados de transporte de pessoal e outras diversas viaturas, sendo que no futuro estas serão trocadas, conforme o Projeto GUARANI.

Por ser prioridade no recebimento dos meios, a brigada e os regimentos receberam o segundo lote de viaturas equipadas com rádio V/UHF e UHF, 1458 conjuntos de equipamentos infantaria para PBCE, 71 conjuntos de GPS, megafone, câmara digital,



vídeo, laptop, diversas viaturas, óculos de visão noturna, o sistema de apoio à decisão e a primeira rota de infovia (Ponta Porã-Dourados) e todos os meios de alta tecnologia necessários para operar o sistema, as figuras 5 e 6 mostram como já está equipado a tropa da Brigada Guaicurus (Caiafa, 2015).

Conforme citou o Santos Botelho⁷, com a modernização de equipamento de emprego houve a necessidade de um preparo da tropa, visando melhor utilização do material de alta tecnologia. A Brigada conduz, em caráter experimental, o novo ciclo de preparo e uma escola de líderes. A fim de permitir maior permanência nos cargos e funções do pessoal que lida com equipamentos tecnológicos, bem como, desenvolver a liderança para tomada de decisões nas pequenas frações.

O valor dos recursos de R\$ 1 bilhão por ano para a implantação do SISFRON foi reduzida para R\$ 285 milhões em 2015, corte de 42,42%. Porém, o general Rui Matsuda, responsável pelo projeto-piloto, disse que não há previsão de retomada de recursos para dar continuidade aos investimentos no sistema. Mesmo assim, ele afirma que o projeto está em andamento, com os cerca de 50% de material já empregado na Brigada em Dourados (Progresso, 2015).

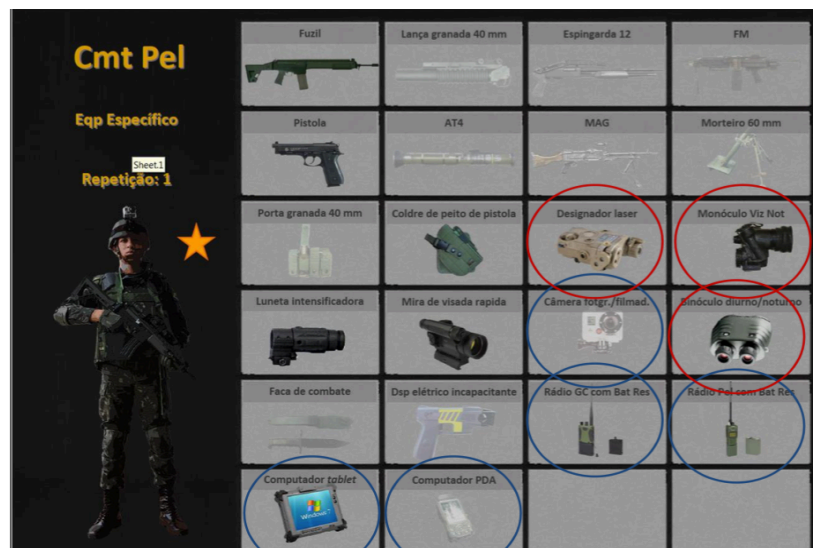


Figura 5 – Equipamentos do Comandante de Pelotão

Fonte: www.fiepr.org.br/cinpr/servicocin/promocaocomercialcin/uploadAdress/16.10_-_SISFRON_-_ApresFIEP_21JUL14, 66.

⁷ TC Santos Botelho, em resposta a questionário enviado pelo autor, exposto no Apêndice A



Figura 6 – Equipamento de todos os militares

Fonte: www.fiepr.org.br/cinpr/servicocin/promocaocomercialcin/uploadAdress/16.10_-_SISFRON_-_ApresFIEP_21JUL14,67.

3.2.4. 9º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica

O Batalhão Comunicações e Guerra Eletrônica (B Com GE) tem como missão explorar e manter os sistemas de comunicações e guerra eletrônica, na área de responsabilidade do CMO, atendendo o amplo espectro dos conflitos. Conforme está previsto na Portaria Nº 178-EME, de 30 de agosto de 2012, na diretriz experimental doutrinária do Batalhão.

Funções importantes da Unidade foram o planejamento da localização das antenas que fazem a Infovia (comunicações de voz, dados e vídeos de alta resolução, em tempo real), a manutenção da mesma, os rádios por satélite, o trato com a cibernética, e a gerência dos trabalhos da SAVIS Tecnologia e Sistemas S/A, empresa contratada para fornecer um Sistema de Comunicações Táticas, desde o menor escalão ao mais elevado do SISFRON.

Além do mais, deve repassar, anualmente, para as brigadas e seus batalhões estágios de qualificação para emprego do material de alta tecnologia empregado.

O Batalhão tem cumprido seu papel, possibilitando que as comunicações aconteçam sem interrupções, porém a crise econômica deve atrasar o recebimento de materiais que porventura ainda não tenha recebido, mas nada que afete significativamente o desempenho do trabalho.



3.2.5. 6º Batalhão de Inteligência Militar (BIM)

O 6º BIM é uma nova organização militar, cuja a Diretriz de Experimentação Doutrinária (EB20-D-10.018) foi aprovada pela Portaria nº 89-EME, de 11 de abril de 2014 e publicada no Boletim do Exército nº 16 de 2014. Pela diretriz o Batalhão deve possuir um estado-maior, uma subunidade de análise de inteligência, uma subunidade de sensores de fontes humanas e uma subunidade de sensores tecnológicos (EME, 2014).

O BIM pode destacar frações na área de fronteira para detetar imagens e sensores humanos, que confirmem uma suspeita e pela infovia dar conhecimento de dados ao comando e aos centros de operações, que possam facilitar a tomada de decisão dos comandantes de todos os níveis.

A organização possui parte do material necessário para operar em sua capacidade plena, mas já tem realizado ações importantes para o emprego operacional da 4ª Bda C Mec, brigada do projeto piloto que tem permanecido com meios ativados 24 horas por dia no SISFRON.

3.2.6. 3º Batalhão de Aviação do Exército

Existe no CMO desde 2008, como destacamento de aviação e a partir de 2011 como um BAvEx constituído, Unidade Militar que este autor teve o privilégio de comandar em 2013 e 2014.

Possui uma subunidade de helicópteros da *Eurocopter/Aeroespataiale*, de emprego geral SA 365 K (Pantera) com missão de transporte aeromóvel, e outras missões de combate ou apoio ao combate. As aeronaves não estão configuradas para que as tripulações utilizem óculos de visão noturna, o que limita as atividades de voo noturnas.

A outra subunidade de helicópteros é de reconhecimento e ataque com aeronaves HB 355(*Fennec*) com uma das aeronaves equipadas com câmara de filmagem infravermelha. Aeronave muito empregada nas ações de controle e repressão de atos ilegais na faixa de fronteira, servindo muitas vezes no período noturno como observador aéreo para deteção de veículos que tentam evadir-se ou contornar por estradas não pavimentadas o bloqueio de estrada efetuado pela tropa do Exército. A informação fornecida pela tripulação permite que a Força de Reação da tropa empregada desloque-se para interceptar o veículo fugitivo.

Até 2020 todas as aeronaves estarão modernizadas e com capacidade de voo noturno. Há ainda o planeamento do Exército de que o SISFRON seja dotado de UAS categoria 3, e o Comando da Aviação do Exército delegou para que o equipamento seja operado pelo 3º BAvEx.



3.3. Força Aérea

A Aeronáutica no COB possui alguns serviços de controle e informações de voo no estado do Mato Grosso; porém as capacidades aéreas para o controle, monitoramento e intervenção contra voos ilícitos no espaço aéreo da região estão no estado do Mato Grosso do Sul.

Na capital do Estado, Campo Grande-MS, está a Base Aérea de Campo Grande e suas Unidades Militares subordinadas.

Cita-se inicialmente os dois destacamentos de tráfego e controle do espaço aéreo, o da própria cidade e o de Jaguari-MS. Com seus radares e sensores mantem ativo o sistema de defesa aéreo nacional, que está centrado no COMDABRA (Força Aérea Brasileira, 2016a).

O Esquadrão Onça, o 1º/15º Grupo de Aviação, tem importância no sistema de monitoramento de fronteira porque suas aeronaves C-105 Amazonas ou C-98, Grand Caravan cumprem missões de transporte aéreo de tropa ou carga (Força Aérea Brasileira, 2015a).

O Esquadrão Pelicano, o 2º/10º Grupo de Aviação resgata pessoas civis ou militares em aeronaves acidentadas, outras situações de acidentes diversos ou emergências na região, com suas aeronaves C-105 Amazonas ou helicóptero UH-1 (Força Aérea Brasileira, 2015b).

O Esquadrão Flecha, o 3º/3º Grupo de Aviação é fundamental para o controle e a ação contra voos ilícitos no espaço aéreo do COB. Com as aeronaves A-29, Super Tucano equipado com metralhadoras, possui a capacidade de interceptar aeronaves que voem sem identificação na região. Após seguir as orientações dos controladores da Defesa Aérea, o A-29 fica lado a lado com o avião sem plano de voo; o piloto militar passa instruções para o interceptado e pede para que ele o acompanhe até uma pista, onde autoridades policiais estão prontas para realizar a investigação.

O Flecha faz parte da família dos “terceiros”, que conta com o 1º/3º GAV, Esquadrão Escorpião, sediado na Base Aérea de Boa Vista, e o 2º/3º GAV, Esquadrão Grifo, instalado na Base Aérea de Porto Velho.

A atuação do Esquadrão Flecha acontece em parceria com outras unidades da Força Aérea. O 2º/6º GAV, sediado na Base Aérea de Anápolis, que opera as modernas aeronaves R-99, equipadas com potente radar que deteta qualquer tipo de voo, a qualquer altitude, num raio de 250 km. Além dele, o Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Jaguari (DTCEA-JGI), que possui um radar de solo com grande alcance, tem papel



decisivo nessa atuação. Essas Unidades auxiliam na intercepção dos tráfegos desconhecidos, orientando o piloto do Esquadrão Flecha (Força Aérea Brasileira, 2011).

3.4. Síntese conclusiva

Atendendo ao ponto de situação da capacidade do Exército Brasileiro e dos outros Ramos para a assunção dessa responsabilidade de combater as ameaças no COB, deve-se citar as operações interagências realizadas desde o início desta década, o que multiplica a condição de forças no cenário.

O 6º DN está estrategicamente posicionado na fronteira com a Bolívia já atuando na calha dos rios Paraguai e Paraná, realizando operações conjuntas e/ou integradas com a 18ª Brigada de Infantaria de Fronteira e a PF fortalecendo sinergicamente o combate aos ilícitos no ambiente fluvial, seja em operações diurnas ou noturnas, visto que este pesquisador já apoiou operações conjunta de meios da 18ª Bda Inf Fron e do 6º DN na calha do rio Paraguai, em maio de 2014.

O Exército possui três brigadas na faixa de fronteira do COB, com um forte poder dissuasório perante as ameaças. A Brigada Guaicurus possui 50% dos equipamentos e sistema de alta tecnologia instalados, com radares, infovia e UAS; no entanto teve que planejar diversos estágios e programas de emergência para a adaptação de seus militares aos equipamentos de alta tecnologia e óculos de visão noturna recém adquiridos.

A tendência é aprimorar cada vez mais a capacidade e o poder de neutralizar as ameaças, juntamente com as forças interagências. As outras duas brigadas permanecem recebendo parte dos equipamentos e materiais; porém visto a dificuldade econômica atual, o recebimento dos novos meios de maior capacidade de consciência situacional e alta tecnologia devem atrasar. No entanto, as operações noturnas, permanecem prontas para atuar no combate aos atores adversos.

Como visto, a Aeronáutica antes mesmo da nova END já estava ativa em cumprimento da Lei do abate, seja em operações diurnas ou noturnas.

Assim, mesmo que possa haver algumas dificuldades, os Ramos tem condições de operações diurnas e noturnas no COB, com uma tendência de melhora no decorrer dos próximos anos, validando a hipótese dois e respondendo à QD2.



4. Síntese dos sistemas dos outros Ramos e o SISFRON

Neste capítulo buscar-se-á uma síntese atual dos sistemas da Marinha e da Aeronáutica, analisando como no COB eles podem cooperar para a diminuição do contrabando de armas e do narcotráfico, somando para justificar o recurso financeiro empenhado e os aprovados para execução futura, visando o aumento da segurança na faixa de fronteira.

Segundo a Constituição Federal de 1988 (Gabinete, 1988) em seu inciso XXII, do Artigo 21, compete à União executar o trabalho de polícia de fronteira e, no inciso III do Artigo 91, que o Conselho de Defesa Nacional é o órgão de consulta presidencial quanto aos assuntos de soberania nacional e segurança de seu território, especialmente na faixa de fronteira.

4.1. Marinha e o SISGAAz

O programa de implantação do SISGAAz foi dividido em seis fases, sendo que as duas primeiras seriam a integração dos sistemas já existentes e a inclusão dos novos meios navais e de patrulha marítima (meios da Força Aérea).

As próximas fases seriam a integração com o SISFRON, SISDABRA e com as outras agências, o que completaria o objetivo previsto na END e descrito no LBDN.

As duas últimas fases seriam a instalação e integração de uma rede de radares costeiras (superfície e aéreo) e plataformas de rede de sensoriamento acústico submarino; radares de longo alcance por satélite, UAS e balões dirigíveis; facto que aumentaria a capacidade de Consciência Situacional Marítima do País (Junior, 2013, p.42 e 43).

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, que foi assinada em 10 de dezembro de 1982 e entrou em vigor a partir de 16 de novembro de 1994, ampliou para além das 200 milhas náuticas à Plataforma Continental (PC) do País. Com isto, a Zona Económica Exclusiva somada a PC chegou a uma área equivalente à Amazónia Legal (5.200.000 Km²) (Junior, 2013, p.16 e 17).

Desta forma para ter o controlo de área de *Search and Rescue* (SAR), prover a segurança de navios pesqueiros, das plataformas petrolíferas e ainda impedir o acesso de embarcações suspeitas, a pirataria e os crimes ambientais com uma área de grandes dimensões como esta, a Marinha planeou a aquisição de novos meios marítimos para cumprir a tarefa, conforme visto na figura 7 abaixo.



Projetos da Marinha	Período Previsto	Valor global estimado até 2031 - R\$ Milhões
Recuperação da capacidade operacional	2009- 2025	5.372,3
Programa Nuclear da Marinha	1979-2031	4.199,0
Construção do Núcleo do Poder Naval	2009-2047	175.225,5
Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)	2013-2024	12.095,6
Complexo Naval da 2º Esquadra/2º Força de Fuzileiros da Esquadra	2013-2031	9.141,5
Segurança da Navegação	2012-2031	632,8
Pessoal	2010-2031	5.015,6
Total Marinha		2.011.682,3

Figura 7 – Projetos Estratégicos das Forças Armadas Brasileira

Fonte: (BNDES, 2013, p.397)

De acordo com a END, o sistema é baseado no trinômio monitoramento/controlo, mobilidade e presença; como pode-se ver na figura 7, além dos valores para as implantações do sistema, há os necessários para a recuperação da capacidade operacional.

Para atender a demanda das atribuições estabelecidas para a defesa, o Ramo elaborou um Plano de Articulação e Equipamentos da Marinha do Brasil (PAEMB)⁸, que previu a obtenção dos seguintes meios com aplicação direta na fiscalização das Águas Jurisdicionais Brasileiras: trinta navios de escolta, doze navios-patrolhas oceânicos de 1.8 ton, 50 navios-patrolha de 500/200 ton, oito aeronaves de vigilância embarcados e 50 helicópteros de múltiplo emprego (Junior, 2013, p.45).

Assim, a obtenção da capacidade de uma boa Consciência Situacional Marítima, dada pelo SISGAAz, tem que vir junto com os meios navais que garantam o poder dissuasório e impeçam infrações navais, crimes transnacionais ou ambientais, garantindo a capacidade de socorrer tragédias e interditar áreas ou navios.

Como foi visto no Capítulo 2, diante dos recursos reduzidos para este ano e possivelmente para 2017, o Ramo preferiu aguardar uma melhora econômica para iniciar a contratação das empresas que implementariam o SISGAAz.

⁸ O PAEMB estabelece projetos e metas para o reaparelhamento, expansão e redistribuição de suas Organizações Militares e para o incremento e capacitação de seu efetivo, consoante sua missão (Ministério da Defesa do Brasil, 2012, p.100).



No entanto no COB, o Distrito Naval prossegue em operações conjuntas com a 18ª Bda Inf Fron e com a Polícia Federal na defesa e combate aos crimes transnacionais nas fronteiras com a Bolívia e Paraguai, nas vias fluviais.

4.2. Exército e o SISFRON

A Diretriz de Orientação aos Comandos Militares de Área para o emprego da Força Terrestre na faixa de fronteira (EB-D-10.022), recém publicada no Boletim do Exército nº 050, de 15 de dezembro de 2015 orienta para que o sistema produza a permanente atividade de informação para monitorar atores que possam vir a representar potenciais ameaças ao Estado, proporcionando alerta antecipado ante a concretização da ameaça, respondendo-a prontamente, caso ocorra (mobilidade estratégica).

O sistema possui meios de processamento de dados, viabilizando uma clara consciência situacional para apoiar o decisor.

Diante da multiplicidade de atividades envolvidas na vigilância da extensa faixa de fronteira, vários atuadores formam um ambiente interações, proporcionando uma maior sinergia nas operações planejadas ou situações extraordinárias.

O sistema tem a capacidade de interagir com outros sistemas como o Sistema Integrado de Proteção da Amazônia (SIPAM) e o SISDABRA, bem como com o Comando da Marinha, a ABIN, os Ministérios da Agricultura, da Saúde, da Justiça, do Meio Ambiente da Agricultura e da Fazenda, entre outros.

A interação engloba as PF e estaduais, dos Estados Fronteiriços e os órgãos de receita federal brasileira.

4.2.1. Ações de Monitoramento e controle

A brigada constitui o menor escalão de emprego capaz de dispor de uma estrutura completa do sistema que permeiam as funções de combate. Isso configura a necessidade de que haja, nesse escalão, uma estrutura de estado-maior com a missão de processar e coordenar as diversas missões emanadas do comando enquadrante⁹. Portanto, a 4ª Bda C Mec, é a única atualmente que está com 50% do sistema instalado, conforme afirmou em entrevista o seu Comandante, como se viu no capítulo anterior.

Devido à crise econômica com que passa o Brasil, o planejamento e conclusão do projeto piloto passou a ser em 2018.

Na figura 8 mostram-se exemplos dos meios de radar fixo e aparelho de UAS, previstos no SISFRON; porém, também existem os sensores óticos e optrônicos, os

⁹ Portaria nº322-EME, de 08 de dezembro de 2015 (EB-D-10.022).



sensores eletromagnéticos, os radares móveis, o radar de abertura sintética¹⁰, a instalação das infovias e os equipamentos dos sistemas de comunicações táticas, estratégicas por satélite e georreferenciados, possibilitando a transmissão de vídeos, dados e voz, em tempo real, meios já entregues à Brigada Guaicurus.

Os meios sintéticos de sensoriamento da brigada somados aos sensores humanos produzem a informação, a qualquer tempo e, em especial nas operações interagências. O Estado-Maior do COp da Brigada apura a informação e a remete para o CCOp do Comando Militar de Área, no caso o CMO.

O CCOp deve ser constituído por recursos humanos capazes de mobiliar as células funcionais mínimas, sendo sua composição configurada para atender ao estado-maior da força empregada, podendo ser conjunto, combinado ou em ambiente interagências.

Para a depuração dos dados obtidos há os Centros Regionais de Monitoramento (CRM) do C Mil A, estruturas com responsabilidades pela obtenção e análise técnica de sinais, de dados que deverão ser enviados para a central de informações, a fim de que possam ser integrados e analisados, dando origem ao conhecimento elaborado para atender ao decisor. O CRM, no caso do CMO, recebe recursos humanos do 9º Batalhão de Comunicações e Guerra Electrónica.

Os radares fixos são, também, operados por especialistas, os dados de imagem obtidos pelos sensores alocados pelo Sistema trafegam pelas infovias e devem ser remetidos para a central de informações do CMO, onde sofrem a análise técnica por pessoal especializado do 6º BIM, que apoia a estrutura de informações dos G Cmdo subordinados, com módulos específicos de reforço à tarefa de produção de conhecimento (Boletim do Exército, 2015).

Com as informações confirmadas, o decisor pode, se for o caso, acionar os seus meios de mobilidade e presença para atuar isoladamente, caso seja uma operação de menor vulto ou remeter para o Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) do Estado, onde membros das forças de segurança pública, municipal, estadual, federal e militar definem a forma de ação, sem uma hierarquização de comando e sim por bom senso (Casa Civil da Presidência da República, 2011).

¹⁰ O Radar de Abertura Sintética (SAR – *Syntetic Aperture Radar*) é um radar que, dependendo da resolução da imagem, pode fornecê-la com alto grau de detalhamento do terreno e meios nele existente. Opera independente das condições atmosféricas ou de luminosidade (Meio Ambiente, 2010).



Figura 8 – UAS VT 15 e Radar SABER 200

Fonte: Esq.: VANT VT 15. Fonte: <http://www.infodefensa.com/latam/2013/08/30/noticia-exercito-brasileiro-transfere-Dir>; RADAR SABER 200. Fonte: <http://portaldefesa.com/3440-conheça-o-saber-m200/tecnologia-de-vant-para-a-flight-technologies.html>

4.2.2. Ações de Mobilidade e presença

Quanto às ações de mobilidade e presença, o CMO possui estrategicamente os seus meios na faixa de fronteira e em situação constante de sobreaviso. Além do mais, com as constantes operações interagências na ÁGATA e outras, tornaram-se costumeiras as ações conjuntas, especialmente no combate às drogas e contrabandos de toda a espécie, entre elas, o de armas.

4.2.3. O desenvolvimento futuro

Cumprindo a diretriz da END, o SISFRON juntamente com os outros Ramos desenvolve a capacidades de monitorar e controlar o espaço terrestre do território jurisdicionais brasileiras.

O Sistema, inserido no contexto do Sistema de Comando e Controle da Força Terrestre (SC²FTer), deve incluir nas interfaces apropriadas com os Sistemas congêneres das demais Ramos e do Ministério da Defesa. Embora haja uma boa relação interoperacional entre os Ramos, os sistemas ainda não estão perfeitamente integrados.

A operação do Sistema obriga a realocação de unidades militares para junto da fronteira terrestre, como foi o caso do 58º BIMtz, com os consequentes aumentos das capacidades operacionais e logísticas.

O aumento de operações interagências e a alta tecnologia empregada no SISFRON permite o desenvolvimento atual e futuro de ações de combate aos crimes e outras ameaças transnacionais, tais como narcotráfico, contrabando de armas, crime organizado, imigração ilegal; amplia a presença do Estado junto a populações de regiões desassistidas pela ação do Ministério da Saúde em ações de telensino à distância e a tele saúde; pelo Ministério do Meio Ambiente, em ações para a preservação ambiental e a proteção da biodiversidade; o Ministério da Agricultura, na vigilância e controle de pragas nas lavouras e doenças na pecuária; proteção da população indígena e controle de calamidades (Estado-Maior do



Exército, 2011).

Mesmo tendo 75% dos meios empregados de origem nacional, há tecnologias críticas de interesse para a defesa que são fornecidas por empresas estrangeiras, sendo elas a empresa alemã MEDAV (recetor de guerra electrónica), a canadiana ADVANTECH (equipamentos de comunicação por satélite), a israelita ELBIT (optrónicos) e a norte-americana HARRIS *Communications* (comunicações táticas).

No entanto, os contratos foram do tipo *offset*, na ordem de 210 milhões de reais, com transferência de tecnologia para as empresas nacionais, como a BRADAR (comunicações táticas), a IBRASAT (equipamentos de comunicação por satélite), a VISONBYTE (Optrónicos) e o Exército. Assim, assegura-se que as instituições nacionais detenham o domínio tecnológico e sejam capazes de mantê-lo e aprimorá-lo (defesanet, 2014).

Com a gama de alta tecnologia espalhada em toda a fronteira, permite-nos antever que haja uma capacitação de talentos humanos especializados para assegurar a independência tecnológica na manutenção, ampliação e perene atualização do sistema.

A expectativa do Sistema é a de geração 13500 empregos anuais e uma renda incrementada de 240 milhões por ano (CCOMEX, 2014).

Com a possibilidade do controlo do seu gado e do seu território, pela vigilância dos meios do Sistema, uma das consequências diretas da melhoria na situação de segurança pública nas regiões fronteiriças foi o aumento do preço do hectare de terra.

Segundo a Associação dos Proprietários Rurais do Estado do Mato Grosso, o hectare de terra na faixa de fronteira Oeste do estado aumentou de R\$ 700,00 para R\$ 2000,00 com a implantação, contribuindo para a recuperação económica e vivificação da faixa lindeira.

O Brasil mostra para o Continente e para o mundo que em relação ao problema mundial das drogas, advoga o princípio da responsabilidade compartilhada, que engloba os países produtores, de trânsito e os consumidores.

A implantação do SISFRON vem a servir de indutor para sistemas similares em países vizinhos, que dadas as características e dimensões fronteiriças tendem a ter um custo menor que o brasileiro e, com isso, incrementar as percepções favoráveis para potenciais exportações de bens e serviços, e desenvolvimentos conjuntos de segurança fronteiriça (Estado-Maior do Exército, 2011).



4.2.4. Combater os ilícitos para justificar o investimento federal



Figura 9 – Planejamento de implantação do sistema

Fonte: Ciclo de debates promovidos pela Comissão de Relações, Exteriores e Defesa Nacional, 2015.

Verificando, na figura 9, o valor total (cerca de 12 bilhões de reais) e o tempo previsto de 12 anos, perfaz um valor anual de cerca de um bilhão de reais por ano de investimento. Sem citar outros atributos de fortalecimento vistos na subseção anterior, os Comandos Militares de Área (C Mil A) devem atingir anualmente o valor empenhado pelo Governo Federal que justifique o gasto.

Em estudos sobre o Custo da Violência no Brasil, o Instituto de Pesquisa Económica Aplicada (IPEA)¹¹ chegou a um valor de 5,09% do PIB, que em 2012 foi de R\$ 4,403 trilhões, logo o valor do gasto com a violência no ano chegou próximo a 260 bilhões de reais.

O Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN)¹² atestou que 22% da população carcerária foi condenada por envolvimento com entorpecentes. Então, o custo anual da violência decorrente do narcotráfico é de 22% de 260 bilhões, algo entorno de R\$ 57,2 bilhões.

¹¹ http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1284.pdf

¹² <http://portal.mj.gov.br/> - DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional - Dados Consolidados – 2008/2009, p. 42



O Contrabando e o tráfico na fronteira Centro-Oeste do Brasil: ações das Forças Armadas no seu combate e desenvolvimentos futuros.

Assim, as apreensões de drogas e o contrabando de armas e outros delitos transnacionais, anualmente ultrapassam muito o valor empenhado pelo Governo para combater esta ferida dolorosa da sociedade brasileira.

Apresentam os dados da Operação ÁGATA 7, de 2013, para que se veja a evolução da qualidade dos trabalhos dos agentes e militares:

 RESULTADOS TANGÍVEIS		
EVENTO	ATIVIDADE	TOTAL
INSPEÇÕES, VISTORIAS E REVISTAS	INSPEÇÃO DE AERÓDROMOS	7
	NOTIFICAÇÃO DE AERONAVES	9
	INSPEÇÃO DE EMBARCAÇÕES	1.112
	NOTIFICAÇÃO DE EMBARCAÇÕES	55
	REVISTA DE PEDESTRES	2.976
	REVISTA DE VEÍCULOS	61.577
APREENSÕES (R\$ 3.935.259,00)	DESCAMINHOS	76 Vol umes + 145Kg
	COCAÍNA / PASTA BASE	268,73 Kg / 3 Kg
	MACONHA	8.786,2 Kg
	VEÍCULOS / EMBARCAÇÕES	16 / 2
	ARMAS	24 (7 Fz AK-47)
	MUNIÇÕES	2.138

Figura 10 – Dados de apreensões da ÁGATA 7 de 2013

Fonte: reunião de trabalho sobre o SISFRON no COp do CMO, 2014.

Como se pode ver na figura 10, as apreensões já são em valores maiores do que os valores investidos pelo Governo Federal. No ano de 2014, na ÁGATA 8, embora com um tempo de duração inferior, devido à copa do mundo, atingiu-se uma apreensão de 15 mil Kg de maconha e 100 Kg de cocaína (Defesa, 2014).

O ano de 2015 foi marcado pela primeira Op ÁGATA 9 com a instalação da infovia da Brigada Guaicurus, tendo sido apreendidos 65 toneladas de maconha e 700 mil reais de produtos proibidos e contrabando. Junto com as agências federais foram realizados 42509 PBCE e mais 709 patrulhas fluviais e a Força Aérea realizou 60 abordagens de aeronaves suspeitas (Defesa, 2015).

A continuidade das operações interagências eleva a capacidade sinérgica das equipas dificultando as ações das ameaças.

Sabendo que os Comandos Militares que possuem faixa de fronteira, são quatro (CMO, CMS, CMA e CMN), sendo que o CMO, CMS e CMA tem uma maior carga de



percentagem de eventos de contrabando e tráfico de armas, o valor de eficácia dos trabalhos anuais, em relação ao comparativo com o valor investido, deve ser equilibrada e fiscalizada pelo MD.

O Ministério da Defesa deve, então, manter as diretrizes de interoperabilidade e operação em ambiente interagências constantes da END e junto com o GGIFron devem manter equipas especializadas para auferir os resultados anuais de apreensão de drogas e contrabando de armas, comparando-as com a diminuição das armas e drogas nas grandes cidades brasileiras e ainda estudar as novas estratégias de ação dos atores adversos.

4.3. A Força Aérea e o SISDABRA

No ano de 1998, a Lei nº 9.614/98, que foi regulamentada no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, através do Regulamento nº 5.144/04, declarou nos seus artigos 2º, 3º e 4º que é considerada aeronave suspeita de tráfico de substâncias entorpecentes e drogas afins aquela que se enquadre em uma das seguintes situações:

I- adentrar o território nacional, sem Plano de Voo aprovado, oriunda de regiões reconhecidamente fontes de produção ou distribuição de drogas ilícitas; ou

II- omitir aos órgãos de controle de tráfego aéreo as informações necessárias à sua identificação ou não cumprir determinações destes mesmos órgãos, se estiver cumprindo rota presumivelmente utilizada para distribuição de drogas ilícitas (Gonçalves, 2000).

Desta forma, antes da aprovação da END, o monitoramento e interceptação em caso de invasão do espaço aéreo nacional já está ativo e atuante desde o início do século.

Conforme citou Santos Botelho¹³ e visto no exemplo da figura 11, a capacidade de detecção de aeronaves a baixa altura que adentrem ao espaço aéreo brasileiro do COB com a utilização dos radares do controlo aéreo brasileiro, das Anv R-99, UAS e radares SABER M-60 da AAAe, permitem as operações de interceptação ou destruição dos tráfegos ilícitos; inclusive à noite (OVN e termais) efetuados com as aeronaves descritas no capítulo 3. Essa capacidade inibe a vontade das ameaças de usar o meio aéreo para consumir suas ações criminosas.

Cabe salientar que embora, ativo, a interligação do sistema com os demais sistemas dos Ramos e do Ministério da Defesa ainda não existe.

¹³ TC Santos Botelho, Oficial de Operações do CCOp do CMO, em resposta ao questionário no Apêndice A.



Figura 11 – Aeronave interceptada na ÁGATA 7 de 2013

Fonte: Ciclo de debates promovidos pela Comissão de Relações, Exteriores e Defesa Nacional , 2015.

4.4. Síntese conclusiva

Neste capítulo desenvolveu-se a evolução da implantação dos sistemas dos Ramos, com especial atenção ao SISFRON, procurando ver se estes podem atingir os resultados esperados pelo LBDN e, ainda, combater os ilícitos transnacionais, de forma a justificar o valor investido pelo País.

A Marinha, por meio do 6º DN, tem cumprido sua tarefa e atuado juntamente com a tropa do Exército e da Polícia Federal para o combate ao narcotráfico e as ações ilícitas nas calhas do Rios Paraguai, Paraná e Cuiabá. Assim, este Ramo segue somando nas apreensões no COB, permitindo a melhora continua e garantindo a justificativa do valor empenhado para este fim.

No entanto, a Marinha, no momento, não colabora para que até médio prazo se estabeleça uma conexão segura com os sistemas de segurança dos Ramos e do MD.

Com relação ao Exército, o sistema está bem planejado e com as estruturas do CMO em condições de gerir as informações necessárias de acordo com as ameaças, garantindo que, mesmo com a crise, a médio prazo todo o sistema deverá estar estabelecido.

Resta saber quanto aos outros Comandos Militares de Área, quando estarão em condições, pois o BIM e o B Com GE são unidades em desenvolvimento que devem, em seguida ser aplicados nos demais Cmdo.

O SISFRON mostra-se como uma ferramenta eficaz para que os países vizinhos possam copiar numa escala reduzida em termos de valores, para que realmente se tenha fronteiras entre as Nações muito seguras contra qualquer tentativa de atos ilícitos.

Sem dúvida, há os gastos da implantação do Sistema, mas há, também, o desenvolvimento de outros campos, como as questões da saúde, do meio ambiente, da proteção agropecuária, da criação de empregos em áreas de alta tecnologia, não só nas



grandes cidades, mas nas pequenas cidades de fronteira. Facto que aumenta a integração e a presença do Estado nas pequenas cidades da fronteira.

Quanto ao combate contra o narcotráfico e contrabando de armas, cabe lembrar que a Op ÁGATA 7 já justificou o valor investido no ano de 2013 e a continuidade destas operações, valorizarão o recurso orçamentário empenhado.

O MD e o GGIFron devem planejar as metas diferenciadas para cada região de fronteira, de acordo com a sua incidência quanto à entrada de ilícitos, definindo percentagens adequadas por períodos de tempo que reflitam uma eficácia das operações, isto acompanhando em paralelo os dados estatísticos nacionais, para constatar se as ações estão tendo resultados positivo no cenário nacional, adequando-as se necessário. Um sistema de medidas semestrais possibilita a verificação da eficácia das ações, das apreensões, possibilitando reajustes ainda no mesmo ano.

O SISDABRA, com relação ao combate ao narcotráfico, esteve antecipadamente pronto para responder às demandas, estando com os esquadrões em cidades estratégicas para a interceptação. Meios radares permitem saber com precisão o tempo de entrada de aeronaves suspeitas. Fica na dependência do MD para uma conexão segura com o SISFRON e o MD.

O desenvolvimento futuro dos sistemas dos três Ramos, com relação ao que prevê a END, tem uma expectativa boa, mesmo com a crise atual, em um médio prazo pode-se assegurar que a H3 estará cumprida, no entanto o combate ao narcotráfico e o contrabando de armas já justifica, atualmente, o valor empenhado no SISFRON. Desta forma, se pode considerar o QD 3 respondido.



Conclusões

O trabalho realizado, seguiu o um método hipotético-dedutivo com base na linha científica de Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt, tendo havido pesquisas exploratórias e entrevistas para responder à questão central: face às ameaças do narcotráfico e contrabando de armas no COB, qual será a capacidade efetiva do Exército Brasileiro, em ação conjunta com os outros Ramos, para assumir o combate ao narcotráfico e o contrabando de armas?

Para tanto, como conceitos fundamentais mostraram as fronteiras controladas com alta tecnologia de outros países, para servir de comparação com o sistema brasileiro. O acompanhamento paralelo dos problemas ali ocorridos, podem ser analisados e corrigidos preventivamente.

Ao conhecer a periculosidade das ameaças pode-se ver que o sistema de informação deve ser rápido e preciso, permitindo uma ligeira tomada de decisões, sendo uma diferença no sucesso das constantes operações.

Para responder à questão central houve três questões derivadas, sendo a primeira se os campos diplomático e político favorecem o envolvimento das FA no combate às ameaças na fronteira terrestre brasileira.

Pela exposição das reuniões e acordos com nações amigas no sentido do controle das fronteiras, quanto ao narcotráfico e contrabando de armas, ações da diplomacia e política externa atuantes e mais a entrevista com Senhor Mário Vilalva, Embaixador do Brasil, se pode deduzir, hipoteticamente, que há um parecer favorável ao desenvolvimento do sistema de monitoramento de fronteira com o uso das FA.

No Poder Legislativo houve uma repercussão favorável, pois o LBDN e o Plano Nacional de Defesa no quadriênio (2016-2019) foram aprovados pelo Congresso Nacional.

O Poder Executivo que elaborou a LBDN e os Sistemas de Segurança das Fronteiras Nacionais, fruto da crise econômica realizou cortes nos recursos financeiros já aprovados, não permitindo o início do desenvolvimento do SISGAAz, dificultando o crescimento do SISFRON e adiando o cumprimento da meta de integração dos sistemas de monitoramento dos três Ramos. No entanto, é importante destacar que os projetos estratégicos dos Ramos são Objetivos do Estado.

Mesmo com os cortes temporários dos investimentos do Governo, se pode dizer que os meios político e diplomático são favoráveis às ações do SISFRON e aos sistemas dos outros Ramos. Sendo o controle das fronteiras nacionais um Objetivo de Estado, conforme



rege a END e o LBDN.

A segunda questão derivada seria qual o ponto de situação dos Ramos e a capacidade para a assunção dessa responsabilidade, particularmente na fronteira COB.

O 6º DN está estrategicamente posicionado na fronteira com a Bolívia, já navega na calha dos rios Paraguai e Paraná, atuando em operações de combate contra qualquer tipo de ilícito, muitas vezes, em ações sinérgicas no ambiente fluvial e nas rodovias adjacentes, com forças do Exército e da PF.

O CMO tem as suas três brigadas na faixa de fronteira do COB, com um forte poder dissuasório perante as ameaças.

A Brigada Guaicurus, onde há o sistema de alta tecnologia instalado, viu-se na necessidade de efetuar programas para adaptação dos militares ao trabalho com os equipamentos e meios de alta tecnologia. Também estudou para propor estratégias de valorização do militar que permaneça na área de fronteira.

Ressalta-se como importante que todas as brigadas de fronteira devem antecipar o preparo dos militares para a atuação em um sistema de alta tecnologia. Mesmo que haja a prorrogação do recebimentos dos materiais, as brigadas, célula fundamental neste processo, devem estar prontas e treinadas.

A Aeronáutica está ativa em cumprimento da Lei do abate, seja em operações diurnas ou noturnas.

Assim, mesmo que possa haver algumas dificuldades, os Ramos tem condições de operações diurnas e noturnas no COB, com uma tendência de melhora no decorrer dos próximos anos.

Na terceira questão derivada foi desenvolvido o SISFRON e o sistemas dos outros Ramos, buscando ver se podem assegurar os resultados esperados no LBDN e somar no combater ao narcotráfico e o contrabando de armas, para justificar o investimento federal alocado.

A Marinha, no momento, não colabora para que a médio prazo se estabeleça uma conexão segura e em tempo real com os sistemas de segurança dos Ramos e do MD.

O 6º DN, tem cumprido sua tarefa e atuado juntamente com a tropa do Exército e da PF para o combate ao narcotráfico e as ações ilícitas no ambiente fluvial.

No COB, julga-se importante a antecipação da preparação do pessoal militar das outras duas brigadas para que recebendo a maioria dos materiais de alta tecnologia não



sofram a intensa carga de adaptação ocorrida na Brigada Guaicurus, pois isto, sem dúvida, reduz a eficácia nas operações.

O sistema está bem planejado e com as estruturas do CMO em condições de gerir as informações necessárias de acordo com as ameaças, garantindo que, mesmo com a crise com que passa o País, a médio prazo todo o sistema deverá estar estabelecido.

As experiências vividas pelo CMO no presente devem ser colhidas, para que os outros C Mil A não incorram em erros que porventura tenham ocorrido na implantação de unidades novas, como o BIM e o B Com GE .

O SISFRON mostra-se como uma ferramenta eficaz para que os países vizinhos possam adotar o controle de suas áreas e, assim, se possa ter fronteiras entre as Nações seguras contra qualquer tipo de atos ilícitos.

Deve-se considerar a importância do Sistema para o desenvolvimentos em outros campos como a questão da saúde, do meio ambiente, da proteção agropecuária, a criação de empregos em áreas de alta tecnologia nas grandes cidades e nas pequenas cidades de fronteira. Reforçando a integração e a presença do Estado em todas as pequenas cidades da fronteira nacional.

A valorização do trabalho interagência se traduz em um fortalecimento da presença do Estado em áreas, relativamente remotas, trazendo mais segurança, valorizando a terra e possibilitando o crescimento das cidades.

Quanto ao combate contra o narcotráfico e contrabando de armas, a sugestão que se faz é que o MD, o COTer e o GGIFron planeiem as metas diferenciadas para cada região de fronteira, baseado na incidência de entrada de ilícitos, definindo percentagens adequadas por períodos de tempo (o ideal é semestral), que reflitam uma eficácia das operações, isto acompanhando, em paralelo, os dados estatísticos nacionais para constatar se as ações estão tendo resultados positivas ou não no cenário nacional, adequando-as se necessário.

A Força Aérea e o SISDABRA, com relação ao combate ao narcotráfico, esteve antecipadamente com radares que permitem saber com precisão o tempo de entrada de aeronaves suspeitas e os esquadrões em cidades estratégicas, pronto para responder às demandas de interceptação.

A interligação dos três sistemas de segurança das fronteiras terrestre, aérea e do mar, como previa o LBDN não será completada a médio prazo. Espera-se que haja um novo momento de crescimento da economia do País para que, em um curto prazo, seja



retomados os investimentos necessários nos três Sistemas e que em torno de 15 a 20 anos se possa cumprir esta meta.

Mesmo com a situação do País, o desenvolvimento futuro dos sistemas no COB tem uma expectativa boa, podendo a curto prazo o SISFRON e o SISDABRA estarem em melhores condições para a guerra contra o narcotráfico e o contrabando de armas, principalmente pela atuação interagências.

Sugere-se, ainda, que o Estado-Maior do Exército, o COTer e o Departamento Geral de Pessoal do Exército estudem uma forma de manter por mais tempo o militar de carreira que esteja especializado nas operações de fronteira e/ou a criação de um centro de ensino e preparação para operações de fronteira, afim de que os militares cursem, obrigatoriamente, antes de serem transferidos para uma Guarnição de Fronteira.

Sugere-se, também, ao COTer para que planeie ou determine aos CMil A ou brigadas o planejamento dos estágios preparatórios da tropa para a utilização dos equipamentos de alta tecnologia empregados no Sistema.

Assim respondendo à QC, após uma exploração investigativa, pode-se dizer que mesmo com alguma dificuldade, fruto da crise econômica, os Ramos já estão atuando no combate ao narcotráfico e contrabando de armas no COB, com uma expectativa de uma capacidade plena no decorrer dos próximos anos, onde se terá uma fronteira segura e controlada e uma conseqüente diminuição dos índices de violência nas grandes cidades brasileiras.



Bibliografia

Abril, 2014. Em linha. Disponível em: <http://super.abril.com.br>. Acedido em março 2016.

Academia Nacional de Polícia Rodoviária Federal, 2004. *Notícias da Polícia Federal do Brasil*. Em linha. Disponível em: www.anprf/anprf/news_portaria145.htm.

Almeida, L.H.d., 2014. *Análise e Avaliação do Sistema Integrado de Vigilância de Fronteiras (SISFRON) em um ambiente de Orçamento por Resultado*. Braga, Portugal: Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho.

Almeida, L.H.C., 2015. *Proposta de um Sistema de Indicadores para o Projeto Piloto do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira (SISFRON) em um ambiente de orçamento por resultados*. Braga, Portugal.

Becker, A., 2013. *cironline.org*. Em linha. Disponível em: [//cironline.org/report/new-drone-radar-reveals-border-patrol-gotaways-high-number-4344](http://cironline.org/report/new-drone-radar-reveals-border-patrol-gotaways-high-number-4344). Acedido em janeiro 2016.

BNDES, 2013. *Panorama sobre a indústria de defesa e segurança no Brasil*. Em linha. Disponível em: www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set3810.pdf. Acedido em março 2016.

Boletim do Exército, 2015. *Boletim do Exército nº50 de 2015 - Port. nº 7496-EME, de 08 de dezembro de 2015*. Em linha. Disponível em: www.sgex,eb.mil.br. Acedido em fevereiro 2016.

Braga, P.d.M., 2014. 18ª Bda Inf Fron. Em 2ª Reunião de Comando do CMO. Campo Grande - Brasil, 2014.

Caiafa, R., 2015. *Resenha Diária - Sentinela da notícia*. Brasília, Brasil.

Caiafa, R., 2015. Transformação do Exército A evolução dos PEE, Brasília, Brasil.

Campenhoudt, R.Q.e.L.V., 2013. *Manual de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa, Portugal.

Casa Civil da Presidência da República, 1999. *Lei Complementar nr 97*. Brasília, Brasil.

Casa Civil da Presidência da República, 2004. *Lei Complementar nr 117*. Brasília, Brasil.

Casa Civil da Presidência da República, 2010. *Lei Complementar nr 136*. Brasília, Brasil.



O Contrabando e o tráfico na fronteira Centro-Oeste do Brasil: ações das Forças Armadas no seu combate e desenvolvimentos futuros.

Casa Civil da Presidência da República, 2011. *Decreto-Lei N° 7496, 08 de julho de 2011 - Plano Estratégico de Fronteira*. Brasília, Brasil: Casa Civil da Presidência da República.

CBP, 2015. Newsletter - CBP Acess. Nov. p.19.

CCOMEX, 2014. *O projeto SISFRON - Sua justificativa, sua concepção, suas oportunidades e os benefícios esperados*. Em linha. Disponível em: www.fiepr.org.br/cinpr/servicocin/promocao comercialcin/uploadAdress/16.10_-_SISFRON_-_ApresFIEP_21Jul14 . Acedido em janeiro 2016.

Defesa Aeronaval, 2015. Em linha. Disponível: <http://defesaaeronaval.com.br/historico-da-operacao-agata/?print=pdf> . Acedido em fevereiro 2016.

Defesa, 2014a. Em linha. Disponível em: www.defesa.gov.br/index.php/noticias/12841-agata-8-operacao-na-fronteira-registra-recorde-de-apreensao-de-drogas . Acedido em março 2016.

Defesa, 2014b. Em linha, Disponível em: www.defesa.gov.br/noticias/13879-centesima-unidade-do-blindado-guarani-e-entregue-ao-exercito-brasileiro . Acedido em março 2016.

Defesa, 2015. Em linha. Disponível em: www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2015/08/de-acordo-com-ministro-operacao-agata-deve-ser-permanente . Acedido em março 2016.

Defesanet, 2014. Em linha. Disponível em: www.unpprj.blogspot.pt/2014/06/ccomgex-do-sisfron-guerra-eletronica.html . Acedido em fevereiro 2016.

Defesanet, 2015. Em linha. Disponível em: www.defesanet.com.br/fronteira/noticias/19887/Marinha-do-Brasil/-utiliza-tecnologia-a-ponta-operacao-9__ . Acedido em janeiro 2016.

Distrito Naval, 2016. Em linha. Disponível em: www.com6dn.mar.mil.br . Acedido em janeiro 2016.

EME, 2014. Em linha. port nº89-EME, 11 de abril de 2014, publicado no BE 16/14 Disponível em: www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/boletins.php . Acedido em janeiro 2016.

Estado-Maior do Exército, 2008. Em linha. Disponível em: www.epex.eb.mil.br/index.php/guarani . Acedido em março 2016.

Estado-Maior do Exército, 2011. *Projeto SISFRON - Estudo de viabilidade*. Brasília, Brasil: Secretaria Geral do Exército.



O Contrabando e o tráfico na fronteira Centro-Oeste do Brasil: ações das Forças Armadas no seu combate e desenvolvimentos futuros.

Estado-Maior do Exército, 2014. Em linha. Disponível em: www.epex.eb.mil.br/index.php/proteger . Acedido em março 2016.

FAB, 2016. Em linha. Disponível em: freepages.military.rootweb.ancestry.com/otranto/fab/defesa_aeroespacial.html. Acedido em janeiro 2016.

Fattorelli, M.L., 2005. *O Controle aduaneiro no Brasil*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil: Revista ABPI.

Filho, S.L.V., 2014. *Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira (SISFRON): uma contribuição para a Segurança Nacional*. Rio de Janeiro, Brasil: Escola Superior de Guerra.

Financial Times, 2009. *Saudis award 9,000 Km border security work*. Em linha. Disponível em: www.ft.com . Acedido em janeiro 2016.

Força Aérea Brasileira, 2011. Em linha. Disponível em: www.fab.mil.br/noticias/imprime/6725/Saibacomo%25C3%A9otrabalhosdoEsqdr%25C3%25A3oFlecha,quecompletouseanosdeserv%25C3%257o . Acedido em fevereiro 2016.

Força Aérea Brasileira, 2015a. Em linha. Disponível em: www.fab.mil.br/noticias/mostra/17339/RESGATE---Esquadrao-Pelicano-completa-56-anos-salvando-vidas. Acedido em fevereiro 2016.

Força Aérea Brasileira, 2015b. Em linha. Disponível em: www.fab.mil.br/noticias/mostra/26067/ANIVERSARIO---Em-Campo-Grande,-Esquadrao-Onca-homenageia-efetivo-nos-seus-45-anos . Acedido em fevereiro 2016.

Força Aérea Brasileira, 2016. Em linha. Disponível em: www.fab.mil.br/organizacoes/38 .Acedido em fevereiro 2016.

Gabinete, 1988. *Constituição Federal*. Brasília, Brasil: Casa Civil da Presidência da República.

Gabinete, 2012a. *Política Nacional de Defesa*. Brasília, Brasil: da Presidência da República.

Gabinete, 2012b. *Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília, Brasil: da Presidência da República.

gcnoticias, 2015. Em linha. Disponível em: www.gcnoticias.com.br/geral/prefeitura-facilita-a-construcao-do-batalhao-do-exercito-em-sinop/13955264. Acedido em Jan 2016.

Gonçalves, M.A.F., 2000. *A Lei N° 9.614/98 - acerca do tiro de destruição de aeronaves consideradas hostis ao Estado*. Porto Alegre, Brasil.



O Contrabando e o tráfico na fronteira Centro-Oeste do Brasil: ações das Forças Armadas no seu combate e desenvolvimentos futuros.

IESM, 2015a. *Orientacoes Metodológicas de Trabalho de Investigação*. Lisboa:

Instituto de Ensino Superiores Militares.

IESM, 2015b. *NEP/ACA -010*. Lisboa, Portugal.

IESM, 2015c. *NEP/ACA-018*. Lisboa, Portugal.

Jornal Zero Horas, 2015. Em linha. Disponível em: [//zh.clicrbs.com.br/eduardo-dias-da-costa-villas-boas-nao-ha-possibilidade](http://zh.clicrbs.com.br/eduardo-dias-da-costa-villas-boas-nao-ha-possibilidade). Acedido em dezembro 2015.

Junior, S.F.d.A.A., 2013. *Sistema de Gerenciamento da Amazonia Azul (SisGAAz) - o passo inicial para o efetivo controle da area maritima brasileira*. Rio de Janeiro, Brasil: Escola Superior de Guerra.

Landim, H.G.C., 2015. SISFRON: Ferramenta de ampliação da Diplomacia Militar brasileira e o fortalecimento do DCS. Recife, Pernambuco, Brasil: revista Política Hoje. p.2.

Marcelo A. Ceará Serra Azul, 2006. *Mesa Científica para combater ao contrabando e descaminho*. 341395th ed. Brasília, Distrito Federal, Brasil.

Matsuda, R.Y., 2014. 4ª Bda C Mec. Em 2ª Reunião de Comando do CMO. Campo Grande-Brasil, 2014.

Mattos, C.d.M., 2011. *Geopolítica*. Rio de Janeiro, Brasil: FGV.

Meio Ambiente, 2010. Em linha. Disponível em: www.apolo11.com/imagens_de_satelite.php?posic=dat_20100128-101952.inc. Acedido em janeiro 2016.

Ministério da Defesa do Brasil, 2012. *Livro Branco de Defesa Nacional*. Brasília, Brasil.

Ministério da Defesa, 2008. *Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília, DF, Brasil.

Ministério da Defesa, 2014. Em linha. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/exercicio-e-operacoes/operacoes-conjuntas-1/operacao-agata>. . Acedido em fevereiro 2016.

Ministério das Relações Exteriores, 2011. *Itamaraty*. Em linha. Disponível em: www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_tags&view=tag&id=231-paraguai (=pt-BR . Acedido em janeiro 2016.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2015. *Plano Plurianual (2016-2019) Desenvolvimento, Produção e Inclusão*. Brasília, Brasil.

Nassif, L., 2011. Em linha. Disponível em: www.jornalggn.com.br/blog/luisnassif/acerca-viva-na-fronteira-entre-eua-mexico. Acedido em janeiro 2016.

O Estado de São Paulo, 2011. Em linha. Disponível em: www.itamataty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4705:seguranca-nas-fronteras-o



O Contrabando e o tráfico na fronteira Centro-Oeste do Brasil: ações das Forças Armadas no seu combate e desenvolvimentos futuros.

estado-de-sao-paulo-20-12-2011&catid=199&long=pt-BR&Itemid=491. Acedido em janeiro 2016.

o Estado online, 2014. *O Estado inicia hoje projeto piloto do Sisfron, sediado em Dourados*. Em linha. Disponível em: <http://oestadoonline.com.br>. Acedido em novembro 2015.

O Globo, 2015. Em linha. Disponível em: g1.globo.com/noticia/2015/11/corte-de-verba-faz-marinha-suspender-projeto-para-defesa-do-pre-sal.html . Acedido em Jan 2016.

OEA, 1997. Em linha. Disponível em: www.oas.org/juridico/spanish/tratados/a-63.html . Acedido em janeiro 2016.

Progresso, 2015. Em linha. Disponível em: <http://www.progresso.com.br/dia-dia/responsavel-pelo-sisfron-14-companhia-tem-novo-comandante> . Acedido em Março 2016.

Samuel, 2015. Em linha. Disponível em: www.operamunidi.uol.com.br/samuel39346/empresa+israel+e+eua+sealiam+aplicar. Acedido em janeiro 2016.

Secretaria Geral do Exército, 2005. *Diretriz para atuação na Faixa de Fronteira contra delito transfronteiriços*. Brasília, Brasil.

Senado Federal, 2015. Em linha. Disponível em: www2.senqdo.leg.br/noticia/materiais/2015/09/17/crise-pode-causar-perdas-irreparaveis-na-defesa . Acedido em janeiro 2016.

Silva, L.L.d., 2013. *A Questão das drogas nas relações internacionais - Uma perspectiva brasileira*. Brasília, DF, Brasil.

The international Boundary and Water Comission, 2012. Em linha. Disponível em: <https://ibwc.gov> . Acedido em novembro 2016.

U.S. Customs and Border Protection, 2015. *Fiscal year 2015. CBP Border Security Report*. EUA.

UNASUL, 2012. Em linha. Disponível em: cie&id=8962:declaracion-de-cartagena-reunion-de-ministros-de-defensa-justicia-y-reacciones-exteriores-de-unasur=cartagena-d-t-c-colombia_3-y-4-de-mayo-de-2012&catid=577&es&itemid=717 . Acedido em janeiro 2016.



Anexo A — O Projeto Estratégico do Exército – PROTEGER

"Proteção das estruturas estratégicas terrestres do Brasil para garantia do bem-estar da sociedade."

O Projeto Estratégico do Exército (PEE) - Sistema Integrado de Proteção da Sociedade – PROTEGER é um sistema complexo que visa ampliar a capacidade do Exército Brasileiro de coordenar operações na proteção da sociedade, destacando-se a proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres em situação de crise, apoio a defesa civil em caso de calamidades naturais ou provocadas, coordenação de segurança em grandes eventos, realização de operações de Garantia da Lei e da Ordem, de garantia da votação e da apuração, de contra terror, de Defesa Química, Biológica, Nuclear e Radiológica, de proteção ao meio ambiente e outras operações subsidiárias.

Destaca-se no escopo do PROTEGER o Sistema de Coordenação de Operações Terrestres Interagências (SISCOTI), que permite a coordenação de eventos de toda ordem, contando com a parceria das FA, outros órgãos e agências governamentais federais e estaduais e, ainda, empresas e instituições civis de interesse.

Beneficiado pela capilaridade e presença do Exército Brasileiro e de sua reserva mobilizável em todo território nacional, o PROTEGER, por intermédio do SISCOTI, integra os demais sistemas de segurança existentes no país e, sob a supervisão do Ministério da Defesa, terá como órgão executivo o Comando de Operações Terrestres.

Entre outros objetivos, visa ampliar a capacidade de pronta resposta do Ramo em todas as Áreas de Proteção Integrada (API) dos C Mil A.

As entregas previstas já relacionadas e cooperadoras com o SISFRON (frase deste autor):

- implantação do SISCOTI, para permitir o monitoramento e a gestão de eventos, a integração de informações e de planejamentos operacionais, a consciência situacional e a coordenação cooperativa;

- implantação de 01 (um) CCOTI em Brasília, de até 8 (oito) CCOTI móveis regionais, nos Comandos Militares de Área e de até 44 (quarenta e quatro) CCOTI móveis locais nos Grandes Comandos e Grandes Unidades do EB, bem como nas unidades isoladas valor Batalhão, localizadas em capitais de estados da federação;

- desenvolvimento do Sistema PROTETOR, que deverá integrar e prover a interface de troca de informações e dados georreferenciados entre os programas corporativos do Exército Brasileiro, tais como os sistemas HERMES gerenciado pelo Centro de



O Contrabando e o tráfico na fronteira Centro-Oeste do Brasil: ações das Forças Armadas no seu combate e desenvolvimentos futuros.

Inteligência do Exército (CIE), HIDRA gerenciado pelo Centro de Defesa Cibernética (CDCiber), PACIFICADOR e COMBATER gerenciados pelo COTER, Subsistema de Apoio à Decisão (SAD), SISFRON e o Sistema de Informações Geográficas (SIG), gerenciado pela Diretoria de Serviços Geográficos (DSG). Tudo isso deverá ser gerenciado por um conjunto de *softwares* integrados e capazes de efetuar a mineração e a fusão de dados, rastrear padrões de ameaças e indicar possíveis linhas de ação para a solução de problemas de vulto, além de apoiar na gestão de eventos com melhores meios de Comando e Controle.

- aquisição e distribuição de embarcações táticas e logísticas;
- apoio à implantação / modernização dos Centros de Operações dos Comandos Militares de Área e a integração dos mesmos ao CCOTI nacional e aos CCOTI móveis, regionais e locais;
- ampliação da Capacidade de interoperabilidade e cooperação interagências das tropas do Exército;
- aquisição e distribuição de viaturas operacionais, administrativas e especiais;
- aquisição e distribuição de helicóptero de emprego geral, UAS, aeronaves logísticas, equipamento de coordenação interagências aeromóvel e equipamento de apoio aeromóvel; e

As entregas principais em 2012 foram a aquisição de equipamento de comunicações, materiais de saúde, viaturas administrativas, viaturas operacionais não blindadas, materiais e equipamentos individuais e coletivos, mobiliários e equipamentos gerais, adequação de organizações militares para atender as demandas do projeto e a construção de instalações em diferentes guarnições militares (Estado-Maior do Exército, 2014).



Figura 12 – Equipamentos e meios recebidos pela 4ª Bda C Mec

Fonte: www.epex.eb.mil.br/index.php/proteger/imagensproteger



Anexo B — O Projeto Estratégico do Exército – GUARANI

"Nova família de blindados sobre rodas. Fabricação Nacional."

O Projeto GUARANI tem por objetivo transformar as Organizações Militares de Infantaria Motorizada em Mecanizada e modernizar as Organizações Militares de Cavalaria Mecanizada. Para isso, foi desenvolvida uma nova família de Viaturas Blindadas de Rodas, a fim de dotar a Força Terrestre de meios para incrementar a dissuasão e a defesa do território nacional. A primeira viatura desenvolvida foi a Viatura Blindada para Transporte de Tropa (VBTP) GUARANI possibilitando a substituição das viaturas URUTU e CASCAVEL, fabricadas pela ENGESA, em uso há mais de 40 anos.

O Centro de Instrução de Blindados, localizado na cidade de Santa Maria-RS, e a 15ª Brigada de Infantaria Motorizada, situada na cidade de Cascavel-PR, são as Organizações Militares que realizarão as experimentações doutrinárias.

Essa nova família contempla uma subfamília média, com as versões de reconhecimento, de transporte de pessoal, morteiro, socorro, posto de comando, central de tiro, oficina e ambulância; e uma subfamília leve, com as versões reconhecimento, anticarro, morteiro leve, radar, posto de comando e observação avançada. Concebido pelo Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Exército, o Projeto foi desenvolvido em parceria com diversas empresas nacionais.

As plataformas são integradas por sistemas de armas e de Comando e Controle (C²).

Os principais sistemas de armas são torres de canhão 105 mm e de canhão 30 mm, torres de metralhadoras remotamente controladas, torres de metralhadoras manuais e mísseis anti carro (AC.)

Por sua vez, o sistema de C² possibilita aplicar a consciência situacional de campo de batalha a todas as fases de operação.

Como contributo possibilita o aumento da autonomia tecnológica nacional na área de proteção de viaturas e em outras áreas de interesse do Exército.

Projetado pelo Centro de Tecnologia do Exército (CTEx), o GUARANI foi desenvolvido para substituir os antigos blindados Urutu e Cascavel. O moderno equipamento, cuja propriedade intelectual pertence à Força Terrestre, pode ser empregado em operações militares de ataque, defesa, patrulhamento e missões de paz. A centésima unidade foi entregue, junto de outras três, ao 3º Regimento de Cavalaria Mecanizada de Bagé, no Rio Grande do Sul (Estado-Maior do Exército, 2008).



O Contrabando e o tráfico na fronteira Centro-Oeste do Brasil: ações das Forças Armadas no seu combate e desenvolvimentos futuros.

Além dos quatro blindados que seguirão para a cidade de Bagé-RS, outras seis unidades militares já tem previsão de receber exemplares do GUARANI: o 16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizada, em Francisco Beltrão-PR; o 11º R C Mec, em Ponta Porã-MS; 17º R C Mec, em Amambai-MS (Defesa, 2014a).



Figura 13 – Guarani recebidos pela 15ª Bda Inf Mec
Fonte: www.epex.eb.mil.br/index.php/proteger/imagensguarani



Apêndice A — Questionário investigativo

Para as entrevistas foram remetidos 12 (doze) questionários para os comandantes de organizações militares do CMO e a alguns oficiais em funções de relevância para o SISFRON, com os dizeres e perguntas abaixo:

“Aos Senhores e/ ou Vossa Excelências, Comandantes de GU ou OMDS e Oficiais dos Estados-Maiores do EB, da Marinha do Brasil (6° DN) e da Força Aérea Brasileira (BACG), especialmente comprometidos com as atividades inerentes ao SISFRON:

Sou o Cel Cav Marcilio Muniz da Silva, ex-cmt do 3° B Av Ex. Encontro-me cursando o Curso de Preparação à Oficial General (CPOG) em Lisboa-PT.

O meu tema monográfico é o contrabando de armas e o narcotráfico na fronteira Centro-Oeste do Brasil: ações das FA no seu combate e desenvolvimentos futuros.

Devo apresentar o trabalho pronto até o final de março de 2016. Para realizar a atividade e responder o tema acima grifado foram preparadas as perguntas a serem respondidas:

- QD 1: Quais são as questões políticas internas e externas condicionantes de um maior envolvimento diplomático e militar do Brasil?

- QD 2: Qual o ponto de situação das capacidades do Exército Brasileiro e dos outros Ramos(MB e FAB) para a assunção dessa responsabilidade, particularmente na fronteira COB*?

- QD3: Como o SISFRON e os sistemas dos outros Ramos podem permitir assegurar os resultados esperados no LBDN*, justificando o investimento federal alocado a este combate?

- Tendo em vista a capacidade do CMO em operar continuamente em Operações do SISFRON, as perguntas 2 e 3 podem ajudar nas minhas respostas, visto que os grupos do Crime Organizado não escolhe o horário para o contrabando de armas e o narcotráfico.

Solicito as respostas, se possível, até o dia 20 de janeiro de 2016. No entanto, as mesmas serão bem-vindas em qualquer data.

Legendas:

* COB – Centro-Oeste do Brasil. * LBN – Livro Branco da Defesa Nacional 2012, p.72.

Daqueles que responderam, seguem abaixo os contributos dos militares ao trabalho desta investigação:



O Contrabando e o tráfico na fronteira Centro-Oeste do Brasil: ações das Forças Armadas no seu combate e desenvolvimentos futuros.

- Função, Nome e qual Organização Militar :

- Assessor de Av Ex na Bolívia, Oficial de Operações do COp CMO em 2015. TC

Cav Sérgio dos Santos Botelho.

QUESTIONÁRIO BASE DE PESQUISA CIENTÍFICA

1. Quais são os pontos fortes da sua Organização para responder as perguntas QD 2 e 3, inclusive em ações noturnas?

R: O SISFRON atua essencialmente em um ambiente interagências, a partir dessa premissa pode-se inferir que aproveita as capacidades das FA e dos diversos órgãos dos níveis Municipal, Estadual e Federal presentes na fronteira Oeste.

A seguir serão apresentados os pontos fortes da sua organização, inclusive em ações noturnas:

- Estreitamento dos laços operacionais entre as FA e os órgãos e agências do Estado brasileiro. Ao longo da implantação do SISFRON e das operações executadas (Op AGATA, ESCUDO, etc), tanto pelo MD, pelo MJ e outros órgãos tem-se buscado a interoperabilidade, respeitando-se a cultura e as capacidades de cada órgão envolvido.

Assim, os laços de confiança mútuo tem-se fortalecido havendo um aumento da sinergia e colaboração entre as organizações envolvidas no SISFRON;

- Existência de Centros de Operações (COp) desde o nível Estratégico/Operacional ao Tático. No SISFRON existem COp desde o MD, COTER (EB), CMO e Bda e Rgt/Btl, o que facilita o Cmdo e Controle das Operações;

- Utilização de sistema de comunicações independente baseado em torres de transmissão de dados e voz. Esse sistema garante maior confiabilidade e segurança criptografia na transmissão de dados, permitindo transmissões em tempo real, facilitando e agilizando a tomada de decisão nos diversos níveis envolvidos;

- Ações baseadas em informações de inteligência. O CMO possui um Centro Regional de Monitoramento e um Btl Inteligência, para ações níveis Operacional/Tático. A utilização de Op de inteligência permite empregar os meios disponíveis de maneira mais eficiente;

- Desdobramento das FA ao longo da faixa de fronteira. As unidades militares estão distribuídas por toda Fronteira Oeste (Bases Aéreas de Porto Velho, Vilhena e Campo Grande, 4ª, 13ª e 18ª Bda, 6º DN), permitindo o acesso Fluvial, Terrestre e Aéreo às vias de acesso ao território brasileiro;



O Contrabando e o tráfico na fronteira Centro-Oeste do Brasil: ações das Forças Armadas no seu combate e desenvolvimentos futuros.

- Cobertura radar e capacidade de detecção de aeronaves a baixa altura, inclusive a noite, com a utilização de radares do SINDACTA, das Anv R-99, UAS e radares SABER M-60 da AAAe. Essa capacidade permite a atuação contra tráfegos ilícitos que porventura adentrem no espaço aéreo brasileiro;

- Capacidade de interceptação e destruição de tráfegos ilícitos, inclusive a noite (Eqpto OVN e termais) com utilização de Anv A-29 super tucano e MI-35. Essa capacidade permite a atuação aos tráfegos ilícitos que porventura adentrem no espaço aéreo brasileiro;

- Recebimento de equipamentos modernos por parte do EB e MB que garantem maior capacidade a tropa, inclusive noturna. Dentre os quais se pode citar as miras holográficas, material de Com, equipamentos de visão noturna e termais, lanchas Guardian, VBTP Guarani, espingarda Imbel IA-2, entre outros. Esses novos equipamentos permitem a operação em 24 horas, maior rapidez, comando e controle e proteção aos elementos desdobrados no terreno;

- Modificações e modernização do preparo da tropa, visando melhor utilização do material de alta tecnologia. A 4ª Bda C Mec conduz, em caráter experimental, o novo ciclo de preparo e uma escola de líderes. A fim de permitir maior permanência nos cargos e funções do pessoal que lida com equipamentos tecnológicos, bem como, desenvolver a liderança para tomada de decisões nas pequenas frações;

- Criação de novas OM no CMO, como o 3º BAvEx, Gpto Log, Gpto Eng, 9º BComGE, 6º BIM, ampliando assim as capacidades Operacionais, de informações, C2, MCP e logísticas;

- Reorganização dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) no CMO. Os antigos destacamentos de Fron foram reorganizados em PEF, a fim de aumentar efetivos, capacidades de vigilância e pronta resposta na faixa de fronteira;

- Ampliação da infraestrutura na área do CMO com a construção de novas OM, tanto em Campo Grande quanto nas Bda de faixa de fronteira, adequando as estruturas aos meios recebidos; e

- Utilização de softwares para o C2 e Inteligência, tornando as ações mais ágeis e eficientes.

2. Os pontos fracos que dificultam a capacidade de monitorar, controlar e atuar contra as forças adversas na apreensão do contrabando de armas e o narcotráfico?



O Contrabando e o tráfico na fronteira Centro-Oeste do Brasil: ações das Forças Armadas no seu combate e desenvolvimentos futuros.

R: Extensa fronteira com Bolívia e Paraguai; permeabilidade da fronteira; altos custos de manutenção da estrutura; constante necessidade de atualização dos meios e sistemas tecnológicos; difícil formação de Recursos Humanos para operar equipamentos de alta tecnologia; falta de políticas eficientes de combate ao tráfico nos países fronteiriços; falta de atividades econômicas alternativas, tornando o tráfico de drogas uma fonte de recursos acessível às gerações mais jovens; corrupção; infiltração do crime organizado em diversos sectores da sociedade nacional e internacional; falta de integração e compreensão de algumas organizações e agências, quanto ao Objetivo Nacional de repressão ao tráfico de drogas e crime organizado; inconstância dos recursos disponibilizados para execução dos projetos; ciclo de preparo dos RH não adequado a Op de equipamentos de alta tecnologia, pois há grande evasão de pessoal especializado, após a prestação do Sv Mil inicial.

3. Meios já adquiridos pelo SISFRON que ainda estão por vir e reforçarão as ações da Organização nas atividades do Sistema?

R: Torres e sistemas de Com; UAS e VBTP Guarani.

4. Ao seu ver, quais as oportunidades de melhoria que garantam os desenvolvimentos futuros sustentáveis da região de fronteira e que justifiquem o valor orçamentário governamental despendido no sistema?

R: 1) Investimentos em formação técnica e superior na área tecnológica para RH na região do CMO, a fim de garantir a Op sustentável do projeto;

2) Incentivos na abertura de filiais das empresas de tecnologia na área do CMO;

3) Atualização do software de C2 do MD permitindo maior nível de integração entre as FA, bem como a geração de relatórios de interesse;

4) Maior integração nas políticas de combate ao narcotráfico entre os países fronteiriços;

5) Maior ligação física (ferrovias, rodovias e hidrovias) entre os países da fronteira, a fim de melhorar o comércio regional e criar opções econômicas alternativas ao tráfico de drogas;

6) Aumento do efetivo e meios das FA, na R do Mato Grosso, a fim de melhorar a proteção daquela faixa da Fron.



Função, Nome e qual Organização Militar :

- Chefe do Estado-Maior. Cor Anísio Luiz C. Alves Negrão , da 13ª Bda Inf Mtz.

QUESTIONÁRIO BASE DE PESQUISA CIENTÍFICA

1. Quais são os pontos fortes da sua Organização para responder as perguntas QD 2 e 3, inclusive em ações noturnas?

R: Situação da MB e da FAB: no Estado de Mato Grosso a presença física da Marinha do Brasil e da Força Aérea Brasileira é incipiente em relação às dimensões do Estado. A Marinha do Brasil possui uma delegacia Fluvial com sede em Cuiabá com a previsão de se tornar Capitania, e uma agência Fluvial em Cáceres, junto à fronteira Oeste. A FAB, por sua vez, conta apenas com destacamentos de controle do espaço aéreo nas seguintes localidades: Várzea Grande, Chapada dos Guimarães, Sinop, Barra do Garças, Porto Esperidião e São Félix do Araguaia. Ambas as Forças estão concentradas em sua maior parte na porção sul do Estado de Mato Grosso. As capacidades operativas de relevância para emprego nas ações de combate aos ilícitos transfronteiriços por parte da Força Aérea e da Marinha do Brasil no Estado do Mato Grosso estão sediadas em Campo Grande e Corumbá, respectivamente.

Situação do EB: No Estado de Mato Grosso, área sob responsabilidade da 13ª Brigada de Infantaria Motorizada, as OM instaladas estão aquém das necessidades e dimensões do Estado. Apesar das dificuldades impostas tais como: faixa de fronteira com mais de 900 km, 03 (três) biomas (floresta amazônica, pantanal e cerrado), 3º maior estado da federação etc, a 13ª Bda Inf Mtz tem como pontos fortes na capacidade militar terrestre de pronta resposta estratégica, a capacidade operativa de prontidão, uma vez que os seus meios estão distribuídos no Estado de Mato Grosso em posições estratégicas na fronteira, por meio dos 04 (quatro) pelotões de fronteira e nas 03 (três) bases de apoio, bem como nos principais eixos que cortam o Estado. Na capacidade militar terrestre de apoio a órgãos governamentais, evidencia-se a capacidade operativa de proteção integrada em virtude do excelente relacionamento com os órgãos de segurança pública e fiscalização (PMMT, PJC, BMMT, PRF, PF, IBAMA, RECEITA FEDERAL e GEFRON). Atualmente, a cúpula dos órgãos de segurança do estado é composta por oficiais R2, o que corrobora para o já mencionado anteriormente. Na capacidade militar terrestre de comando e controle, destacamos as capacidades operativas de planejamento e condução, sistemas de comunicações, consciência situacional e gestão do conhecimento e das informações. Evidenciamos essas capacidades com a criação do 13º Pel Com neste comando, a



instalação e operacionalização do Centro de Operações da Bda, com os meios mais modernos de tecnologia da informação, a integração com o Centro Integrado de Comando e Controle da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, a utilização de programas como o Pacificador e C2 em Combate proporcionando em tempo real a compreensão do ambiente operacional, entre outros. Na capacidade militar terrestre de interoperabilidade, temos como ponto forte as capacidades operativas de interoperabilidade conjunta e interagência em razão do excelente relacionamento entre as forças e os diversos órgãos de segurança pública e de fiscalização e agências, como exemplo o SIPAM, fato este comprovado pelas diversas operações (ÁGATA, COPA DO MUNDO, BRASIL INTEGRADO, ELEIÇÕES, ATALAIA, HILÉIA PÁTRIA), exercícios de adestramento em GLO (ABAFA, RELÂMPAGO) e capacitações realizadas ao longo do ano.

2. Os pontos fracos que dificultam a capacidade de monitorar, controlar e atuar contra as forças adversas na apreensão do contrabando de armas e o narcotráfico?

R: Situação da MB e da FAB: O efetivo existente lotado no Estado do Mato Grosso. Situação do EB, na área de pessoal, o efetivo existente está abaixo do desejável para um Estado com dimensões continentais, e além disso é baseado no serviço militar obrigatório. Já na área de material, a 13ª Bda Inf Mtz ainda não recebeu os sensores, radares e outros materiais previstos pelo SISFRON que incrementariam a vigilância da fronteira oeste. Na capacidade militar terrestre de sustentação logística, destaco como ponto fraco a capacidade operativa de apoio logístico para as forças desdobradas, uma vez que a Bda não possui OM logística.

3. Meios já adquiridos pelo SISFRON que ainda estão por vir e reforçarão as ações da Organização nas atividades do Sistema?

R: Dos meios que estão por vir e reforçarão as ações da 13ª Brigada de Infantaria Motorizada destaco os sensores e radares, assim como a própria construção da infovia que dará celeridade ao trâmite de dados, por exemplo.

4. Ao seu ver, quais as oportunidades de melhoria que garantam os desenvolvimentos futuros sustentáveis da região de fronteira e que justifiquem o valor orçamentário governamental despendido no sistema?

R: As oportunidades de melhoria ocorrerão, principalmente, na capacitação de pessoal na área de tecnologia de informação. Desenvolvimento de cursos superiores, técnicos e estágios específicos, pelas instituições civis, para atender as demandas que o SISFRON exige.



Função, Nome e qual Organização Militar:

- Adjunto da Divisão de Operações do SC² COTER. TC Marcello Campos de Sá,

QUESTIONÁRIO BASE DE PESQUISA CIENTÍFICA

1. Quais são os pontos fortes da sua Organização para responder as perguntas QD 2 e 3, inclusive em ações noturnas?

R: A Divisão de Operações do COTER é responsável pelo planejamento e emprego das tropas do Exército Brasileiro nas diversas Operações Conjuntas e nas Operações de Faixa de Fronteira.

Atualmente a base territorial das ações do Governo Federal para a Faixa de Fronteira, estabelece como áreas de planejamento três grandes Arcos, definidos a partir da proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF – 2005), com base na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) do Ministério da Integração. O primeiro é o Arco Norte que compreende a Faixa de Fronteira dos Estados do Amapá, Pará, Amazonas e os Estados de Roraima e Acre, o segundo é o Arco Central, que compreende a Faixa de Fronteira dos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e o terceiro é o Arco Sul, Como nos outros Arcos, diferenças na base produtiva e na identidade cultural foram os critérios adotados para a divisão em sub-regiões. O SISFRON foi concebido por iniciativa do Comando do Exército, em decorrência da aprovação da Estratégia Nacional de Defesa, em 2008, que orienta a organização das FA sob a égide do trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença. O sistema enfatiza o adensamento de Unidades das FA nas fronteiras e impulsiona a capacitação da indústria nacional para a conquista da autonomia em tecnologias indispensáveis à defesa.

Para o Exército, o SISFRON deverá, além de incrementar a capacidade de monitorar as áreas de fronteira, assegurar o fluxo contínuo e seguro de dados entre diversos escalões da Força Terrestre, produzir informações confiáveis e oportunas para a tomada de decisões, bem como atuar prontamente em ações de defesa ou contra delitos transfronteiriços e ambientais, em cumprimento aos dispositivos constitucionais e legais que regem o assunto, em operações isoladas ou em conjunto com as outras FA ou, ainda, em operações interagências, com outros órgãos governamentais.

Os meios de sensoriamento do SISFRON estarão desdobrados ao longo dos 16.886 quilômetros da faixa de fronteira, monitorando uma área de aproximadamente 27% do território nacional, o que potencializará o emprego das organizações



O Contrabando e o tráfico na fronteira Centro-Oeste do Brasil: ações das Forças Armadas no seu combate e desenvolvimentos futuros.

subordinadas aos Comandos Militares da Amazônia, do Oeste e do Sul. Além de servir de instrumento para a integração da atuação dos vários escalões de emprego da Força Terrestre, desde patrulhas e postos de controle na faixa de fronteira, passando pelos batalhões, brigadas, divisões, Comandos Militares de Área e chegando ao Comando de Operações Terrestres (COTER), em Brasília, o SISFRON terá condições de compartilhar os benefícios de seus produtos e serviços com outros órgãos governamentais em todos os níveis.

Em um cenário que englobe o período noturno de operações, as possibilidades de atuação das tropas do Exército Brasileiro terão que ser consideradas em conjunto com as capacidades operacionais proporcionadas pelos equipamentos de visão noturna.

2. Os pontos fracos que dificultam a capacidade de monitorar, controlar e atuar contra as forças adversas na apreensão do contrabando de armas e o narcotráfico?

R: Os pontos que dificultam as capacidades e a própria atuação do Exército Brasileiro contra o contrabando de armas e o narcotráfico podem ser basicamente divididos em características geográficas da Faixa de Fronteira e as capacidades do Exército da Brasileiro.

No tocante às características geográficas, podemos citar a considerável extensão Faixa de Fronteira, bem como a intensa capilaridade, representada por inúmeras vias de entrada, fluvial ou terrestre, dificultando o efetivo controle e monitoramento. Por outro lado, a baixa densidade populacional e o reduzido número de postos de controle na fronteira não favorece as atividades de repressão aos crimes transfronteiriços.

Quanto as capacidades do Exército Brasileiro, o reduzido número de Organizações Militares e a ainda incipiente implantação de uma doutrina de operação com óculos de visão noturna, constituem-se nos pontos a serem trabalhados para uma melhoria na capacidade de combate aos ilícitos transnacionais. Entretanto, a implantação do SISFRON, como já descrito na resposta à pergunta 1, tem como intenção melhorar sobremaneira as atuais capacidades da Força Terrestre no tocante às atividades de repressão ao narcotráfico e ao contrabando de armas.

3. Meios já adquiridos pelo SISFRON que ainda estão por vir e reforçarão as ações da Organização nas atividades do Sistema?

R: O SISFRON foi inaugurado no seu primeiro módulo em novembro de 2014, em Dourados, como piloto do projeto que visa monitorar toda a área de fronteira terrestre



O Contrabando e o tráfico na fronteira Centro-Oeste do Brasil: ações das Forças Armadas no seu combate e desenvolvimentos futuros.

do país, num investimento total previsto de R\$ 12 bilhões, em várias etapas de implantação.

No Mato Grosso do Sul, os recursos investidos foram de aproximadamente R\$ 900 milhões, implantando o sistema ao longo dos 600 quilômetros de fronteira do Estado.

O centro do sistema, uma central de comando e controle instalada na sede da Brigada Guaicurus, monitora todas as ações ou operações desenvolvidas pelos militares na faixa de fronteira e gerência possíveis ordens do comando para deslocamento de tropas, entre outras atividades de segurança.

Dezenas de viaturas militares blindadas ou não estão equipadas com modernos meios de comunicação de voz e vídeo conectados a um moderno centro de controle, com acesso a computadores que estão conectados não apenas à sala de monitoramento dentro da Brigada, como também a satélites que detalham posicionamento e produzem imagens mais amplas.

Os militares que trabalharão em ‘terra’, assim como aqueles que estarão em helicópteros, possuem equipamentos de câmara de última tecnologia e registam toda a ação. Esses dados são transmitidos ‘ao vivo’ para as centrais de monitoramento e comando que armazenam os dados para definir estratégias futuras ou para definir movimentações imediatas durante as operações, como perseguição a criminosos, por exemplo. São utilizados ainda radares e sensores que identificam movimentações suspeitas e também aeronaves não tripuladas.

4. Ao seu ver, quais as oportunidades de melhoria que garantam os desenvolvimentos futuros sustentáveis da região de fronteira e que justifiquem o valor orçamentário governamental despendido no sistema?

R: Acredito que o SISFRON não será somente utilizado para o combate ao crime transfronteiriço, as inúmeras capacidades do Sistema devem ser colocadas à disposição do governo brasileiro, que então poderá empregá-las em diversas atividades, em proveito de agências como: IBAMA, INCRA, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Nacional, etc.



Função, Nome e qual Organização Militar :

- Ex-comandante, Coronel Miler Barbosa das Neves - 6º Batalhão de Inteligência

Militar

QUESTIONÁRIO BASE DE PESQUISA CIENTÍFICA

1. Quais são os pontos fortes da sua Organização para responder as perguntas QD 2 e 3, inclusive em ações noturnas?

R: Capacidade de análise e planejamento das ações a serem realizadas no combate às atividades ilícitas; capacidade de monitoramento e vigilância ininterruptos, durante uma determinada operação; especialização do pessoal integrante da OM; e elevado nível profissional e intelectual dos integrantes da OM, proporcionando o comprometimento imprescindível com a Atividade de Inteligência; e capacidade de utilização de material de emprego militar que possuem características voltadas para o monitoramento, quer seja este realizado durante o dia ou durante a noite.

2. Os pontos fracos que dificultam a capacidade de monitorar, controlar e atuar contra as forças adversas na apreensão do contrabando de armas e o narcotráfico?

R: Sustentabilidade na ação por períodos prolongado; seleção dos dados relevantes e oportunos; grandes áreas a serem monitoradas; e transmissão, em tempo real, dos dados relevantes (dificuldade, não chega a ser um impedimento).

3. Meios já adquiridos pelo SISFRON que ainda estão por vir e reforçarão as ações da Organização nas atividades do Sistema?

R: SARP (categoria 1); MEM com capacidade de monitoramento de sinais; Radares Transportáveis de Vigilância Terrestre; MEM de Reconhecimento e Vigilância Terrestre com instrumentos ópticos de observação diurna e noturna; e Softwares de análise e monitoramento cibernético.



Apêndice B — **Entrevista com o Chefe de Missão Diplomática**

Entrevistado - Senhor Mário Vilalva, Chefe da Missão Diplomática do Brasil em Portugal.

1. Qual a seria a repercussão da política externa e da diplomática nacional condicionantes de um maior envolvimento das FA, seja no SISFRON e na Lei do Abate, no combate ao narcotráfico e no contrabando de armas?

R: Desde o Barão do Rio Branco, a diplomacia por vezes, usou da presença do Poder Militar para executar a política externa com os países fronteiriços.

No tempo atual, a atuação das FA em ações conjuntas com Polícia Federal reforçam a capacidade de controle e intervenção contra os crimes transnacionais.

Como a linha de fronteira brasileira é relativamente porosa, as ações militares devem permitir que com o uso da alta tecnologia e ação dos militares, além de coibir os ações delituosas, possam impedir o uso de território nacional para refúgio de indivíduos estrangeiros de qualquer espécie .

Enfim, os Sistemas Estratégicos de Defesa podem favorecer a política externa, em ações diplomáticas com os países vizinhos.

2. Com a crise económica e política com que passa o Brasil, como o Senhor vê desenvolvimento atual e futuro dos Projetos Estratégicos de Defesa, ora em andamento, especialmente, o SISGAAz, SISFRON e o SISDABRA?

Resposta: A economia brasileira é forte, bem como a capacidade de investimento externo. Passa no momento em uma forte crise, da qual se faz necessário diversos cortes em vários setores públicos, como o de defesa.

Tomando a crise ocorrida em 1999 como exemplo, as manobras de cortes financeiros corretamente efetuadas permitirão que o Brasil retorne a uma economia estável no tempo de três a cinco anos.

Após isto, certamente os recursos previstos pra tais sistemas voltarão ao investimento previsto.